

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COLEGIADO DE ECONOMIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

JOALISSON ROCHA SILVA SOARES

**A NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO: UMA ANÁLISE DA
ESTRATÉGIA DE PAÍSES SELECIONADOS NO CENÁRIO MUNDIAL**

VITÓRIA DA CONQUISTA- BA

JULHO DE 2025

JOALISSON ROCHA SILVA SOARES

**A NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO: UMA ANÁLISE DA
ESTRATÉGIA DE PAÍSES SELECIONADOS NO CENÁRIO MUNDIAL**

Trabalho monográfico apresentado ao
Curso de Ciências Econômicas da
Universidade Estadual do Sudoeste da
Bahia, como requisito para aprovação na
disciplina Monografia II e obtenção de grau
de Bacharel em Ciências Econômicas.

ORIENTADORA: FERNANDA CALASANS COSTA LACERDA PESSOTI

VITÓRIA DA CONQUISTA- BA

JULHO DE 2025

JOALISSON ROCHA SILVA SOARES

**A NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO: UMA ANÁLISE DA
ESTRATÉGIA DE PAÍSES SELECIONADOS NO CENÁRIO MUNDIAL**

Trabalho monográfico apresentado ao
Curso de Ciências Econômicas da
Universidade Estadual do Sudoeste da
Bahia, como requisito para aprovação na
disciplina Monografia II e obtenção de grau
de Bacharel em Ciências Econômicas.

Vitória da Conquista ___ / ___ / ___

BANCA EXAMINADORA

Feranada Calasans Lacerda Costa Pessoti
Orientadora

Maíra Ferraz de Oliveira Silva
Coorientadora

Carlos Moisés Oliveira Chaves
Examinador

Érico Rodrigo Mineiro Pereira
Examinador

*Dedico este trabalho aos meus pais, Girvan e Noeme,
que, sob muito sol, me fizeram chegar até aqui, na sombra.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, expresso minha eterna gratidão a Deus, a força maior que sempre guiou cada um dos meus passos, iluminou as minhas noites de estudo e me sustentou em cada desafio, permitindo que eu chegasse a essa vitória. Minha fé em ti foi o alicerce inabalável que me trouxe até aqui.

Aos meus amados pais, as palavras nunca serão suficientes para expressar a imensidão do meu amor e gratidão. Vocês, com sacrifício e dedicação incansáveis, pavimentaram o caminho para que eu pudesse alcançar o sonho da formação acadêmica. Esta conquista não é apenas minha, ela é, acima de tudo, nossa, fruto de cada esforço e de cada oração de vocês. Amo-os mais do que as palavras podem dizer.

A minha amada irmã Thais, seu apoio foi fundamental nessa trajetória, obrigada por ser meu porto seguro e por me dar forças quando mais precisei, você sempre será minha eterna companheira de vida, te amo. E ao meu sobrinho Samuel, que chegou trazendo uma luz e uma alegria indescritíveis, enchendo meus dias de propósito nessa reta final.

Meus tios, Jurandi e Solange, seu acolhimento em sua casa no início dessa jornada foi um gesto de carinho que jamais esquecerei. Minha gratidão por tudo será eterna.

À minha melhor amiga, Gabi, você foi a companheira de jornada que transformou cada obstáculo em memórias inesquecíveis. Foram incontáveis noites em claro, e a certeza de que não estávamos sós, compartilhando risadas, desabafos sinceros e a emoção de cada nova descoberta. Sua amizade tornou essa fase da vida incrivelmente mais leve e divertida. Muito obrigado por tudo, por ser você!

Aos meus amigos e familiares que, com sua torcida genuína e confiança incondicional, foram fontes constantes de inspiração, meu muito obrigado por acreditarem em mim. E aos amigos que tive o privilégio de fazer ao longo do curso: Camila, Fabrício, João, Caio, Guilherme, Allan, Wesley, Leide e tantos outros. Cada um de vocês deixou uma marca especial, tornando essa caminhada acadêmica muito mais leve, divertida e enriquecedora.

Por fim, mas com um carinho e reconhecimento imensos, dirijo meu mais profundo agradecimento às minhas queridas orientadoras, professoras Fernanda Calasans e Maíra

Ferraz. A paciência incansável, a dedicação exemplar e o incentivo constante de vocês foram os pilares que sustentaram este trabalho. Vocês não são apenas referências de profissionalismo e conhecimento, mas verdadeiros exemplos de generosidade e paixão pela educação.

A todos que, de alguma forma, com um gesto, uma palavra ou um simples pensamento positivo, contribuíram para que eu chegasse até aqui e realizasse este sonho, recebam meu mais sincero e emocionado agradecimento.

RESUMO

Este trabalho analisa a Divisão Internacional do Trabalho sob a perspectiva da teoria cepalina, discutindo como a especialização produtiva e a dependência de setores primários ainda condicionam o posicionamento de países em desenvolvimento na economia global. Para isso, adota-se a metodologia de análise Insumo Produto, utilizando matrizes de Leontief e índices de ligação de Hirschman-Rasmussen, com o objetivo de investigar a estrutura produtiva e os níveis de encadeamento de setores estratégicos em países centrais (Alemanha, França e Estados Unidos) e periféricos (Brasil, China, México e Rússia). A pesquisa destaca o papel da indústria de transformação como setor chave para estimular encadeamentos diretos e indiretos, contrastando com a participação ainda elevada da agricultura em nações à margem do desenvolvimento capitalista. Além disso, o trabalho evidencia a mudança de estratégia da China, que, mesmo não sendo tradicionalmente classificada como economia central, vem modificando a lógica da divisão internacional do trabalho ao ampliar sua base industrial e tecnológica, enquanto os multiplicadores das economias centrais permanecem relativamente estáveis. Por fim, discutem-se os desafios e as possibilidades de políticas industriais voltadas para o fortalecimento da base produtiva, a superação da dependência de commodities e a promoção de uma inserção internacional mais diversificada, autônoma e capaz de reduzir as desigualdades históricas do sistema econômico mundial.

Palavras-chave: Divisão Internacional do Trabalho; CEPAL; Comércio internacional; Insumo-Produto.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Participação setorial do Brasil	Erro! Indicador não definido.
Gráfico 2 - Participação setorial da China.....	Erro! Indicador não definido.
Gráfico 3 - Participação setorial da Rússia	40
Gráfico 4 - Participação setorial do México.....	Erro! Indicador não definido.
Gráfico 5 ⁵ - Participação setorial dos EUA.....	Erro! Indicador não definido.
Gráfico 6 - Participação setorial da Alemanha.....	Erro! Indicador não definido.
Gráfico 7 - Participação setorial da França	Erro! Indicador não definido.

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 - Relação entre os preços dos produtos primários e dos artigos finais da indústria (preços médios de importações e exportação, respectivamente, de acordo com os dados da câmara de comércio).....	22
Tabela 2 - Transação de insumo-produto.....	34
Tabela 3- Percentual de participação da agricultura no PIB.....	43
Tabela 4 - Multiplicadores 1995.....	44
Tabela 5 - Multiplicadores 2004.....	45
Tabela 6 - Tabela 5 - Multiplicadores 2010.....	46
Tabela 7 - Índices de ligação de Hirschman-Rasmussen (2014).....	48
Tabela 8 - Índices de ligação de Hirschman-Rasmussen (2014).....	49
Quadro 1- – Síntese dos indicadores necessários ao cálculo dos índices de ligação para trás e para frente.....	37

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 COMÉRCIO INTERNACIONAL E A NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO	13
1.1 Teorias explicativas do comércio internacional	14
1.1.1 A teoria das vantagens comparativas.....	14
1.1.2 Teoria de Hecksher-Ohlin-Samuelson	15
1.1.3 Teoria Cepalina	17
2 A FORMAÇÃO HISTÓRICA DAS DESIGUALDADES NO COMÉRCIO INTERNACIONAL	24
2.1 Da Gênese Comercial à Consolidação Industrial: As Raízes Históricas da Desigualdade	24
2.2 Da Crise do Liberalismo à reorganização multilateral do comércio	27
2.3 A Organização Mundial do Comércio (OMC): consolidação e desafios do multilateralismo	29
2.4. Dinâmicas do Reordenamento Global e a Construção de Blocos Regionais	30
3 METODOLOGIA DE ANÁLISE INSUMO-PRODUTO	33
3.1 Cálculo dos multiplicadores de produção	34
3.2 Cálculo dos setores-chaves.....	37
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	39
4.1 Caracterização das estruturas produtivas dos países analisados.....	39
4.2 Interpretação dos multiplicadores de produção e dos Índices de Ligação Hirschman-Rasmussen	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	53

INTRODUÇÃO

A Divisão Internacional do Trabalho é um conceito central nas discussões sobre comércio internacional e desenvolvimento econômico. Refere-se à forma como os países se especializam na produção de bens e serviços, e como essa especialização impacta a distribuição do trabalho, da renda e do progresso técnico entre as nações. Nesse cenário, a estratégia produtiva figura como um dos principais mecanismos de inserção dos países na economia global, permitindo-lhes ampliar sua capacidade de participação no comércio internacional e fortalecer sua posição nas cadeias globais de valor.

O Brasil, embora possua uma economia relativamente diversificada e com forte vocação exportadora, enfrenta desafios persistentes em sua trajetória de integração competitiva no mercado mundial. Apesar de figurar entre os maiores produtores agrícolas do planeta e contar com setores industriais relevantes, como mineração, petróleo e indústria de transformação, o país ainda convive com obstáculos estruturais que limitam sua capacidade de competir em condições mais equilibradas. Problemas como infraestrutura deficiente, elevada complexidade burocrática e barreiras comerciais impostas por economias centrais dificultam uma inserção mais robusta e autônoma no comércio internacional.

Nas últimas décadas, observa-se também o surgimento de uma nova dinâmica na Divisão Internacional do Trabalho, marcada pelo avanço de países como a China, que têm conseguido reposicionar-se como atores industriais e tecnológicos, desafiando a lógica tradicional centro-periferia. Nesse contexto, discutir a estrutura produtiva e a capacidade de encadeamentos entre setores torna-se fundamental para entender as possibilidades e limites de inserção de economias que buscam superar a dependência de atividades primário-exportadoras.

Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar a produção de países selecionados (Brasil, México, Alemanha, França, China, Rússia, Estados Unidos), à luz da Divisão Internacional do Trabalho. Para isso, considera o referencial teórico cepalino e metodologia de análise Insumo Produto, visando compreender os limites e as possibilidades do desenvolvimento tardio. A escolha por esses países considera as categorias de análise centro-periferia da Teoria Cepalina.

Procura-se responder ao seguinte problema de pesquisa: os países periféricos conseguiram promover a modificação de suas estruturas produtivas a ponto de ocupar um novo posicionamento na Nova Divisão Internacional do Trabalho? A hipótese central do trabalho é de que A Divisão Internacional do Trabalho, em sua trajetória histórica, tem moldado a estrutura produtiva dos países que estão situados a margem do desenvolvimento capitalista para uma especialização predominantemente primária. Essa configuração, por sua vez, limita intrinsecamente as possibilidades de diversificação econômica e de um avanço industrial robusto, perpetuando desafios estruturais complexos que impactam diretamente o alcance do desenvolvimento das economias periféricas.

Como objetivos específicos, busca-se: i) apresentar e analisar as principais teorias explicativas do comércio internacional, com destaque para suas divergências e convergências sobre a dinâmica das relações comerciais entre as nações, e desse modo fundamentar teoricamente e contextualizar historicamente o cenário do comércio internacional que leva às desigualdades; ii) analisar a trajetória histórica do comércio internacional, desde o mercantilismo até a crise do liberalismo e a reconfiguração multilateral e o surgimento dos blocos regionais, para compreender como esses processos moldaram e perpetuaram as desigualdades na Divisão Internacional do Trabalho; iii) Analisar a estrutura produtiva de países selecionados e o nível de encadeamento de seus setores econômicos, utilizando a metodologia de insumo-produto, a fim de identificar as especificidades de sua inserção na Divisão Internacional do Trabalho e seus impactos no desenvolvimento.

O trabalho se configura como uma pesquisa teórico-quantitativa. Utilizou-se de levantamento bibliográfico acerca das Teorias do Comércio Internacional, acompanhado de contextualização histórica e econômica da inserção dos países na economia mundial. Posteriormente, fez-se uso do modelo de análise da economia aplicada Matriz Insumo-Produto, empregando método quantitativo para investigar argumentos teóricos.

Foram analisados os principais setores produtivos dos países, bem como os níveis de encadeamento de cada um deles, destacando sua relevância para o fortalecimento da estrutura econômica nacional. Além disso, discute-se os desafios e as oportunidades para ampliar a presença das economias em desenvolvimento no mercado global, assim como as estratégias necessárias para consolidar uma base produtiva mais sólida, estimular os encadeamentos industriais e reduzir a dependência de atividades primário-exportadoras, abrindo caminho para uma inserção internacional mais diversificada, autônoma e sustentável.

O trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro deles aborda os elementos teóricos que orientam a análise proposta, com destaque para a Teoria Cepalina. O segundo descreve as estratégias utilizadas pelos países para a inserção no comércio internacional, ressaltando a formação de blocos e áreas de integração econômica. O capítulo três expõe o método de Matriz Insumo-Produto empregado na análise quantitativa. A análise dos resultados é apresentada no capítulo quatro, seguida das Considerações Finais.

1 COMÉRCIO INTERNACIONAL E A NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

No atual nível de desenvolvimento econômico, os países concentram diferentes partes do processo de produção. No setor industrial, após as mudanças ocorridas no final do século XX, configurou-se uma nova Divisão Internacional do Trabalho. Até o último quarto daquele século, as indústrias, nacionais e transnacionais que se instalavam em determinado país, produziam quase todos os itens que compunham seu processo de produção, ou seja, havia uma espécie de verticalização da produção, no sentido de internalizar, no âmbito nacional de cada país, todas, ou quase todas, as etapas constitutivas da produção. Por exemplo, a instalação da indústria automotiva no Brasil, desde meados dos anos 1950, trouxe para o parque nacional a implantação de uma diversidade de indústrias subsidiárias que compunham aquela cadeia produtiva. Com as mudanças estratégicas e gerenciais operadas pela chamada reestruturação produtiva (LEITE, 1994), esse modelo produtivo foi alterado levando a uma reconfiguração dos parques industriais pelo mundo. Esse aspecto foi determinante para o estabelecimento da Nova Divisão Internacional do Trabalho.

Com essa nova divisão internacional do trabalho muitos países periféricos¹, inclusive o Brasil, perderam parte do seu parque produtivo, agora descentralizado pelo mundo. Para continuarmos com o exemplo do setor automotivo, com a adoção do chamado “carro mundial” cada componente do produto final é produzido em uma parte do planeta e montado apenas no país de destino. A essa nova configuração das estratégias gerenciais denominou-se horizontalização ou ainda, terceirização da produção (SUZIGAN 1986).

Neste capítulo, trataremos de definir o que se entende por Nova Divisão Internacional do Trabalho e apresentar as principais teorias explicativas do comércio internacional, como a Teoria das Vantagens Comparativas, a abordagem de Heckscher-Ohlin-Samuelson e a perspectiva cepalina. Busca-se, assim, compreender como essas correntes interpretam a dinâmica do desenvolvimento industrial, suas implicações para a inserção dos países periféricos na economia global e os desafios impostos pelas transformações nas estruturas produtivas e comerciais.

¹ Consideramos Países Periféricos aqueles países que passaram a se industrializar tardiamente, ou seja, a partir do século XX.

1.1 Teorias explicativas do comércio internacional

1.1.1 A teoria das vantagens comparativas

A Teoria das Vantagens Comparativas se desenvolveu a partir da publicação, em 1817, do livro *Princípios de economia política e tributação*, de David Ricardo. Este autor, ao apresentar um dos primeiros estudos teóricos do processo de industrialização da Inglaterra, esboçou as linhas gerais de uma teoria da industrialização que influencia até hoje os estudiosos do tema.

Segundo Ricardo (1982), as nações podem se beneficiar mutuamente do comércio internacional, mesmo que um dos países venha ser menos eficiente na produção de todos os bens do que os seus parceiros comerciais. Baseando-se nesse pressuposto, ele defendia que as nações deveriam concentrar seus esforços em fabricar o bem que elas produzem de forma mais eficiente e possuem uma menor desvantagem relativa, ou seja, um menor custo de oportunidade. Posteriormente praticaria o comércio internacional para trocar o excedente por aqueles bens que não conseguissem produzir com tanta eficiência, proporcionando um aumento na eficiência global e ampliando os benefícios bilaterais.

A partir dessa ideia, têm-se uma mudança de mentalidade na maneira de como as nações compreenderem o comércio global, demonstrando assim que a Teoria das Vantagens Absolutas exposta por Adam Smith apresentava certas limitações. De acordo com esta teoria, o país produziria somente aquele bem no qual possui uma vantagem absoluta na comercialização. Neste sentido, Ricardo amplia o argumento favorável ao comércio internacional de Smith, afirmando que mesmo na ausência de vantagem absoluta, o comércio entre nações poderia ser favorável.

Ressaltando a defesa do livre comércio, a teoria das vantagens comparativas advoga que:

Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio (RICARDO,1982, p.104).

Assim, a teoria clássica do comércio internacional - Vantagens Absolutas e Vantagens

Comparativas - sintetiza que os países podem se beneficiar diante de sua posição frente a Divisão Internacional do Trabalho. Tais preceitos se mantêm hodiernos e influenciam diretamente na forma de produção, organização e percepção do comércio internacional, conservando e ditando as relações entre os países no que tange a produção de bens e serviços.

As contribuições de Ricardo estabeleceram uma base mais ampla para o comércio internacional, promovendo a especialização e o intercâmbio de mercadorias, que culminaria em um aumento geral na eficiência econômica e na satisfação dos países envolvidos. Todavia, na visão de Albuquerque (2011), todos os países podem lançar mão tanto das vantagens absolutas quanto comparativas de custos, a fim de se posicionar melhor no comércio internacional de acordo a sua “aptidão natural” para produzir, pois desse modo o país se coloca de uma maneira mais competitiva, podendo obter assim um crescimento mais acelerado e garantindo o bem-estar de sua população.

1.1.2 Teoria de Hecksher-Ohlin-Samuelson

Embora os fundamentos das vantagens comparativas tenham produzidos diversos avanços e contribuições na área de estudo do comércio internacional, a teoria clássica como um todo, fundamentada nas ideias de Adam Smith e David Ricardo não consegue extrair detalhadamente todas as causas e fatores para uma visão mais complexa a respeito do tema.

Segundo Appleyard et.all. (2010), a teoria clássica conseguiu expressar somente as premissas básicas, no que se refere a natureza e ao impacto do comércio internacional, sendo considerada uma análise limitada pela teoria do valor-trabalho e por assumirem custos constantes, o que confere uma série de entraves impossibilitando a análise real da conjuntura. Silva e Carvalho (2017) reforçam que as vantagens comparativas eram resultado do fato de que o único fator de produção relevante, nesse caso o trabalho, apresentava níveis distintos de produtividade nos diferentes países, o que resultava na geração de bens com custos de produção diferentes, não apresentando nenhuma explicação econômica para o fato.

Silva e Carvalho (2017) esclarecem ainda que somente no início do século XX, com a publicação em sueco do artigo de Eli Filip Heckscher, que mais tarde seria traduzido para o inglês numa tese de doutorado pelo seu discípulo Bertil Ohlin, surgiria uma explicação razoável para as diferenças de custos de produção para um mesmo bem produzido em países diferentes e para as causas do comércio. Assim sendo, surge dentro dos paradigmas da teoria neoclássica, uma nova abordagem que permite uma análise mais detalhada das causas e

consequências do comércio internacional, levando em consideração a diversidade de condições econômicas e recursos entre os países, permitindo uma análise mais rigorosa e menos restritiva, o que levou a constituição dos fundamentos da atual teoria do comércio.

Isso posto, tem-se o surgimento de um dos primeiros modelos neoclássicos acerca do tema, conhecido popularmente como a Teoria de Heckscher-Ohlin, que foi elaborada por volta dos anos de 1930 pelos economistas suecos, Eli Filip Heckscher e Bertil Ohlin. A teoria econômica formulada por eles busca definir os padrões de comércio internacional com base nos diferentes recursos produtivos existentes entre os países, não ficando restrita somente ao fator trabalho, incorporando, por exemplo, outros fatores como terra, capital e tecnologia. Basicamente, o modelo de Heckscher-Ohlin expõe que os países tendem a exportar os bens em que utilizam intensivamente os fatores de produção que são abundantes em seu território e, em contrapartida, importam bens que fazem o uso intensivo de fatores de produção que são escassos (KRUGMAN; OBSTFELD; MELITZ, 2015).

Mais precisamente, Eli Heckscher incorporou fatores básicos de produção à análise, demonstrando que os preços deles desempenham uma relevância sobre quais bens serão produzidos em cada país e, conseqüentemente influenciam o comércio internacional. Em síntese, Heckscher ampliou o modelo das vantagens comparativas, no qual os preços relativos se referem somente à produtividade do fator de produção trabalho. Deste modo, a quantidade relativa dos fatores de produção que determinará seus preços relativos, e por efeito os custos relativos dos bens. Ou seja, quanto mais escasso for um fator de produção mais caro este fator custará. Em síntese, a Teoria Neoclássica do Comércio Internacional aponta que todo país possui uma vantagem comparativa, e exportam bens que utilizam uma alta quantidade de fatores de produção que tal país dispõe em abundância em seu território, Nesse caso o padrão de exportação é determinado pela escassez dos fatores de produção. Países ricos em capital por exemplo, possuem o custo desse fator relativamente mais barato que o resto do mundo tendendo assim a exportar bens com uso intensivo de capital (GONÇALVES, 2016).

Para além disso, Paul Samuelson desenvolve uma extensão do modelo Heckscher-Ohlin, discutindo a hipótese de equalização dos preços relativos dos fatores de produção. Esse teorema propõe que o comércio de mercadorias influencia diretamente as taxas de retorno do capital fixo e de salários da mesma maneira se estivesse ocorrendo a transação de fatores. Tal proposição resultaria na tendência dos salários dos trabalhadores e o retorno do capital se igualarem internacionalmente devido ao comércio internacional de bens, haja vista alguns dos pressupostos de ausência de barreiras e/ou de custos de transporte na comercialização e de que

ambos os países possuem o mesmo nível de tecnologia. Essa extensão do modelo neoclássico do comércio internacional ficou conhecido como Teorema de Heckscher-Ohlin-Samuelson (SILVA e CARVALHO, 2017).

Portanto, o teorema aborda diretamente a complexidade da interação do comércio internacional, assunto relevante na economia global. O fluxo da comercialização pode afetar a distribuição de renda dentro dos países, na medida em que alguns setores vão se expandindo ou se contraindo, repercutindo, por exemplo, em aumento da desigualdade de renda nos países em que a base produtiva dominante é formada majoritariamente por bens intensivos no fator trabalho, ou em diminuição da desigualdade em países produtores de bens intensivos em capital. As limitações do modelo H-O-S influenciaram o debate sobre a questão distributiva, tanto em termos de geração da renda, quanto em termos de apropriação.

1.1.3 Teoria Cepalina

A teoria estruturalista-cepalina, conhecida também como estruturalismo latino-americano, surge no contexto do pós Segunda Guerra Mundial, marcada por inúmeras transformações econômicas e sociais. As críticas de importantes intelectuais dos países latino-americanos diante do retardamento do progresso técnico e científico que as economias desses países apresentavam se constituíram de base para a sua formulação. Mais precisamente, foi na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU) e criada em 1948 sob a liderança de Raúl Prebisch, que essa linha de pensamento começou a se desenvolver.

A Teoria Cepalina confronta diretamente os princípios convencionais do comércio internacional e de desenvolvimento econômico da época, argumentando que os métodos de crescimento baseado no uso das vantagens comparativas e do livre mercado não eram suficientes para superar o atraso econômico dos países da América Latina. Persistia, assim, a dependência econômica desses países aos chamados países desenvolvidos, no âmbito da economia global, devido ao baixo desenvolvimento técnico-científico que os países latino-americanos, tratados como periféricos, evidenciavam em sua base produtiva, perdurando as discrepâncias sociais entre essas nações.

Para Oliveira (2014), a corrente cepalina evidencia uma dificuldade histórica dos países latino-americanos para superar a dependência estrutural em relação aos países considerados industrializados, o que expõe a necessidade dessas nações adotarem uma política industrial mais incisiva, planejada e estruturada pelo Estado. Tal subordinação é um problema

complexo e de raízes históricas, que acarreta inúmeros problemas socioeconômicos, como por exemplo, a má distribuição de renda, baixa capacidade técnica e produtiva, declínio da competitividade econômica, entre outros.

Conforme Prebisch (2000), o cenário baseado nos argumentos da teoria clássica e neoclássica do comércio internacional configurava aos países da América Latina o papel de produzir alimentos e matérias-primas para os grandes centros industriais, pois esses países apresentavam uma maior condição para exercer esse tipo de produção. Isso posto, fica evidenciada a matriz doutrinária do clássico sistema econômico mundial, na qual segue-se uma crença de que os países que produzem bens primários não precisam se industrializar, pois conseguem dinamizar as suas economias com base somente no lucro e na renda do comércio exterior. Tal convicção, de acordo com a Teoria Cepalina, estabelece uma série de problemas estruturais que fomentam a dependência entre as nações. Diante dos modelos impostos pelas teorias convencionais do comércio internacional, tais problemas se tornam difíceis de serem superados, consolidando numa divisão internacional do trabalho que coloca a América Latina como integrante da periferia do sistema econômico mundial.

Nesse modelo de divisão internacional do trabalho não havia razão e espaço para a industrialização dos países periféricos, dado que o fruto do progresso técnico tende a se distribuir de maneira igual para toda coletividade, seja pela queda dos preços ou pelo aumento da produtividade.

Vale ressaltar que em meados de 1950 era essa a situação prática de ausência de industrialização que se visualizava nos países da América Latina, concretizando desta maneira as teorias apresentadas até o presente momento. Toda esta situação perpassava pelo comércio internacional, na qual os países desenvolvidos ou como comumente eram chamados, países do “centro”, ficavam responsáveis pelas exportações de bens industrializados, que, por conseguinte eram consumidos pelos países da “periferia”, e esta por sua vez exportava matéria primária, commodities agrícolas, bens alimentícios e outros produtos com baixo grau de industrialização.

Nesse sentido, Hufbauer (1970) discutia a dinâmica dos países mais pobres em relação aos países mais ricos, ressaltando que as nações em desenvolvimento constantemente enfrentam desvantagens em termos de capacidade produtiva e tecnológica. Segundo o autor supracitado, essa desvantagem histórica parte do grau de tecnologia dos produtos exportados. As nações mais ricas tendem a exportar bens manufaturados que são tecnologicamente mais avançados, os quais, em função do processo de transformação pelo qual passam, geram cadeias produtivas mais complexas, atribuindo maior valor agregado ao produto e,

consequentemente, uma maior geração de renda, enquanto as nações mais pobres se especializam em bens menos sofisticados, integrando a parte menos lucrativa dessa cadeia.

Esse argumento destaca a disparidade econômica e tecnológica entre os países do centro e da periferia, tornando-se um ponto crucial para o entendimento da distribuição desigual de renda dentro da conjuntura global, evidenciando as consequências dessa dinâmica para as nações consideradas atrasadas e limitando o crescimento socioeconômico e a capacidade de inovação dessas nações. Essa disparidade condiciona a exacerbada concentração de capital e recursos por parte dos países desenvolvidos, o que lhes permite manter a posição de domínio nos mercados globais. Tal condição gera uma necessidade de investimento em infraestrutura, tecnologia e educação para que, assim, os países em desenvolvimento possam superar as barreiras estruturais que limitam o seu progresso.

Daí se depreende a importância do setor externo no processo de desenvolvimento das nações, haja vista que as exportações compreendem uma grande fração da renda gerada no país e, em contrapartida, as importações cumprem o papel de sanar as demandas internas que não são atendidas pela produção nacional. Entretanto, por mais que as exportações sejam um componente essencial para a composição da Renda Nacional, a mesma não pode ser difundida como responsabilidade restrita para o crescimento econômico (TAVARES, 1976). Tavares (1976) ressalta ainda que:

Na realidade essa variável exógena vinha juntar-se a uma variável endógena de grande importância, a saber, o investimento autônomo acompanhado de inovações tecnológicas. A combinação dessas duas variáveis, interna e externa, permitiu que o aproveitamento das oportunidades do mercado exterior se desse juntamente com adiversificação e integração da capacidade produtiva interna. (TAVARES, 1976, p. 30).

Ainda conforme Tavares (1976), tal cenário é observado somente no caso das economias centrais, uma vez que os países da América Latina colocavam as exportações como componente exclusiva da renda, considerando o setor primário-exportador como o segmento de maior produtividade, de modo que se tornou o centro dinâmico dessas economias. Todavia, as exportações apresentavam diferenças qualitativas distintas daqueles países mais avançados tecnicamente, haja vista a reduzida atividade industrial paralela a um setor agrícola de subsistência, promovendo, assim, um efeito multiplicador na renda menor, sujeito ainda ao comportamento da demanda externa por produtos primários, colocando essas nações em uma posição preponderantemente dependente das economias centrais.

Nesse contexto, nos países desenvolvidos, o papel das importações destinava-se somente a atender as necessidades de alimentos e matérias-primas que a sua produção interna

não era capaz de produzir de maneira satisfatória. Por outro lado, nos países periféricos, as importações tinham o papel de suprir grande parte dos bens de capital necessários para o processo produtivo interno, além de atender uma variedade de setores de bens acabados. Com efeito, os países desenvolvidos não apresentavam uma separação de setores destinados à exportação ou para o consumo da população. Todos os bens são tanto exportados como consumidos massivamente pelo mercado interno, o que não ocorria nas nações em desenvolvimento. Tal cenário evidencia um descompasso na estrutura de produção e na composição da demanda interna, o que intensifica a desigualdade na distribuição de renda, se tornando o centro da problemática dos países periféricos, dependentes do crescimento voltado “para fora” vinculado ao contexto da divisão internacional do trabalho, imposto pelo mesmo processo de desenvolvimento das economias centrais (TAVARES, 1976).

Tavares (1976) explica que há uma necessidade de iniciar um processo de transição para uma economia voltada “para dentro” com a finalidade de superar o modelo primário-exportador. O processo descrito foi observado em muitos países da América Latina, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, no qual houve a criação de diversas indústrias nacionais com intuito de produzir bens que anteriormente eram importados, com o objetivo de diminuir a dependência para os países desenvolvidos e, simultaneamente, estimular o desenvolvimento econômico interno. Isso resultou também em importante incentivo para o processo de industrialização desses países, em especial o Brasil, ao qual a autora chamou de processo de substituição de importações.

Nesse cenário de observação desigual da dinâmica de desenvolvimento econômico centro-periferia se estabelece o arcabouço teórico da industrialização dos países latino-americanos no âmbito da CEPAL. Esse arcabouço é fundamental para entender o aumento do progresso técnico nos países centrais que resulta em aumento desproporcional da renda em detrimento das nações periféricas. Essas nações, que por sua vez, experimentam um fenômeno inverso, perpetuando uma posição de subordinação que caracteriza uma complexa relação dos mercados internacionais. Deste modo, os trabalhos da Cepal propagavam uma mensagem central: a de promover a industrialização como forma de superação do subdesenvolvimento e da pobreza. A industrialização não se constituiria como um fim único, mas sim como meio para que se possa usufruir do progresso técnico, elevando gradualmente a qualidade de vida da sociedade.

Prebisch (2000), ao discutir o desenvolvimento industrial do sistema econômico mundial, destacava a importância de considerar também os limites impostos dentro de cada realidade, pois a matriz de produção que se encontra nos países da América Latina pode

reduzir a eficiência produtiva de certas indústrias. Em síntese, os países latino-americanos devido a sua estrutura técnico-produtivo não conseguem simplesmente espelhar em seus territórios as mesmas indústrias implementadas nos países centrais, sendo tal problemática resultante do processo histórico de especialização industrial resultante da divisão internacional do trabalho.

Importante ressaltar que, mesmo que os frutos do progresso técnico se concentrem principalmente nos centros industriais não perpassando para as periferias, isso não significa que a produção primária deve ser renunciada. Ela é responsável por grande parte da renda e do Produto Interno Bruto dessas economias, o que lhes garante também grande parte das divisas necessárias para as importações vitais para o desenvolvimento socioeconômico das mesmas.

O debate central decorre basicamente da questão do aumento da produtividade dos países centrais, não obstante este aumento ter estimulado a demanda por produtos primários, representando assim um componente importante para o crescimento da América Latina. No entanto, paralelo a isso, observou-se uma elevação nos preços dos produtos industrializados nos mercados globais, pois mesmo com a tendência de redução dos custos advindos do aumento da produtividade, houve um crescimento da remuneração dos empresários e dos fatores de produção. Nesse caso, em que o crescimento da renda foi maior que a da produtividade, constatou-se uma alta nos preços dos mesmos (PREBISCH, 2000).

Com efeito, o problema basilar parte do entendimento de que o crescimento da renda nos centros e na periferia aconteceram de maneira desproporcional ao aumento das respectivas produtividades. Nesse caso, fica evidente que a renda dos empresários e dos fatores de produção nas economias industrializadas cresceram mais expressivamente que o aumento da produtividade. Em contrapartida, nos países periféricos o crescimento foi menor do que o seu respectivo aumento de produção, conforme pode ser observado na Tabela 1. Portanto, foi reconhecido que a renda média por trabalhador aumentou mais intensamente nos países centrais do que na produção primária das nações periféricas. Tal cenário, segundo Prebisch (2000), conduziu para uma polarização econômica global, com os países desenvolvidos se beneficiando de um crescimento autoalimentado, enquanto a periferia enfrenta desafios para alcançar os frutos do progresso econômico.

Tabela 1 - Relação entre os preços dos produtos primários e dos artigos finais da indústria (preços médios de importações e exportação, respectivamente, de acordo com os dados da câmara de comércio)

(BASE: 1876-1880 = 100)

PERÍODO	Quantidade de produtos finais da indústria que podem ser obtidos com determinada quantidade de produtos primários
1876-80	100,0
1881-85	102,4
1886-90	96,3
1891-95	90,1
1896-1900	87,10
1901-05	84,6
1906-10	85,8
1911-13	85,8
--	-
1921-25	67,3
1926-30	73,3
1931-35	62,0
1936-38	64,1
1946-47	68,7

Fonte: Prebisch (2000)

Isso foi o que Prebisch (2000) chamou de Deterioração dos Termos de Troca. Segundo ele, havia uma lentidão da demanda internacional por produtos primários, dificultando o ajuste da oferta em função do baixo nível da produção industrial dos países subdesenvolvidos, não permitindo que a força de trabalho expulsa da atividade primária fosse absorvida. Por conta disso, os salários nas atividades primárias não conseguiam se elevar juntamente com o aumento da produtividade, o que acabava gerando lucro e impulsionando a produção para além da procura, pressionando os preços dos produtos primários para baixo em comparação aos produtos industrializados. Essa diferença de preços resultaria em uma deterioração da renda nos países periféricos.

O fato é que tais impactos ficam evidentes na diferença dos padrões de vida, bem como a notória discrepância da força de capitalização, o que revela a importância da implementação de políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico para que ao longo do tempo essa distribuição dos benefícios ocorra de maneira mais equitativa, igualando o fruto do

progresso técnico para todas as nações. Ou seja, a solução não está em crescer às custas do comércio exterior, mas em saber extrair dele os elementos propulsores do desenvolvimento econômico, aumentando e modernizando a produção, elevando o nível de produtividade e de distribuição de renda da economia.

Dessa forma, ao se analisar a lógica da dependência estrutural no contexto latino-americano, observa-se como o modelo de especialização em produtos primários impôs limites ao desenvolvimento autônomo das economias periféricas. A partir das contribuições teóricas da CEPAL e de autores como Prebisch, Tavares e Hufbauer, evidencia-se que a industrialização não foi apenas uma resposta econômica, mas sim uma estratégia política e estrutural para romper com a lógica imposta pela divisão internacional do trabalho. A ausência de uma base produtiva diversificada, aliada à vulnerabilidade externa, produziu um ciclo de dependência que, por sua vez, reforçou as assimetrias entre centro e periferia, impedindo o pleno aproveitamento do progresso técnico nas economias latino-americanas.

Essa perspectiva contrasta fortemente com a visão neoclássica, que tende a pressupor a eficiência dos mercados e a convergência natural dos níveis de renda entre nações por meio do livre comércio. Enquanto os neoclássicos atribuem o subdesenvolvimento a falhas internas e à má alocação de recursos, a CEPAL evidencia a dimensão histórica e estrutural da desigualdade, revelando que o desenvolvimento periférico requer mudanças institucionais deliberadas e políticas de transformações produtivas.

Nesse cenário, torna-se fundamental compreender como as nações da América Latina buscaram alternativas para contornar essas limitações estruturais, especialmente a partir da criação de mecanismos de cooperação regional. A formação de blocos econômicos e o fortalecimento das relações comerciais multilaterais surgem como tentativas de ampliação da capacidade de negociação internacional, diversificação dos parceiros comerciais e estímulo ao mercado interno regional. Assim, no próximo capítulo, será analisado o papel dos blocos econômicos, com ênfase em sua contribuição para a integração regional e para o enfrentamento das fragilidades históricas que marcam a inserção das economias latino-americanas no sistema internacional.

2 A FORMAÇÃO HISTÓRICA DAS DESIGUALDADES NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Após a discussão das divergências entre a abordagem estruturalista cepalina e o arcabouço neoclássico, tornou-se essencial retomar as origens históricas do comércio entre as nações com o intuito de contextualizar os elementos que moldaram a inserção desigual dos países periféricos na economia mundial. O comércio internacional foi gradativamente sendo institucionalizado, refletindo as relações de poder, os interesses geopolíticos e as dinâmicas produtivas de cada época. Nesse contexto, observa-se o surgimento das assimetrias, que, posteriormente, seriam aprofundadas pela expansão do capitalismo e da Revolução Industrial.

Deste modo, este capítulo busca traçar um panorama histórico do comércio internacional, com destaques para os momentos-chaves que influenciaram na formação de um sistema global voltados para a especialização e a dependência, evidenciando as estruturas herdadas de períodos anteriores e como elas contribuíram para os padrões comerciais atuais, especialmente no que tange a posição de subordinação das economias emergentes.

2.1 Da Gênese Comercial à Consolidação Industrial: As Raízes Históricas da Desigualdade

Nas comunidades feudais, segundo Brue (2005), a autossuficiência produtiva rapidamente abriu espaço para um novo sistema de capitalismo comercial, o mercantilismo. As cidades ganhavam cada vez mais espaços e notoriedade e o comércio progredia tanto dentro de cada país como entre os países, por meio das descobertas geográficas oriundas da navegação. Ocorreu a ampliação do uso da moeda e uma maior interação entre o mercado produtor e o mercado consumidor. Esses fatos marcam um ponto fundamental na história do comércio internacional ao incentivar uma balança comercial positiva e a acumulação de metais preciosos como sinônimo de riqueza, dando ênfase a uma visão nacionalista. Consolidava-se, assim, uma lógica voltada para extrair o máximo possível de excedente de seus parceiros comerciais com o objetivo de garantir a hegemonia dentro dessa relação comercial.

Com o avanço do comércio internacional, o mercantilismo se tornou o sistema de produção principal da Europa Medieval, tendo o fortalecimento do Estado como uma de suas principais características, por meio do controle excessivo do comércio. No entanto, a minuciosa regulamentação da produção por parte do governo colocava uma certa rigidez no

comércio, impossibilitando melhorias nos processos de produção e circulação de mercadorias, o que fez com que, por exemplo, a agricultura e a indústria francesa tivessem um retardo em seu desenvolvimento. Deste modo, no século XVIII a fisiocracia surge como uma resposta a esse modelo comercial, defendendo que a riqueza de uma nação advinha da produção agrícola e da livre circulação de mercadorias, sendo voltada totalmente para a produção primária, marcando assim o primeiro debate da valorização da atividade produtiva e de liberdade de mercado (BRUE, 2005).

Destaca-se, nessa fase da história econômica, um comércio marcado pela busca e pela expansão de mercados fornecedores de matéria prima, metais preciosos e produtos de alto valor como, açúcar, algodão e entre outros. O objetivo das potências coloniais era acumular riquezas por meio de uma balança comercial superavitária. As colônias tinham um papel de subordinação, funcionando apenas como fonte de recursos para as grandes metrópoles que controlavam o comércio por meio do monopólio. Todavia, essa visão estática da economia, somada às constantes transformações econômicas e comerciais, se tornou insuficiente diante do dinamismo e da complexidade promovidas por meio do avanço da indústria e, conseqüentemente, pela intensificação das trocas comerciais.

Observa-se que, nesse período, o comércio já havia alcançado um estágio importante de desenvolvimento, exercendo um papel relevante na dinâmica econômica internacional, desenvolvendo uma função estruturante no processo de acumulação e expansão das economias centrais. Esse comércio foi um dos fatores que impulsionou a Revolução Industrial. O capitalismo e os estados nacionais já nasceram obrigados a seguirem essa política externa e se posicionarem perante a ela em função de seus interesses. Desse modo, esse momento revolucionário foi o ponto culminante de uma grande evolução tecnológica, social e econômica que vinha se processando na Europa. O capital se apropriou da esfera de produção, dando origem ao capitalismo que se concretizou como padrão geral de desenvolvimento histórico e econômico (COGGIOLA, 2010).

Segundo Furtado (1977), a Revolução Industrial se apresenta como um salto histórico, moldando a estrutura global do capitalismo por meio do progresso tecnológico que se destaca como elemento estruturador que permeia os meios de produção. Esse avanço tecnológico traduziu-se inicialmente com a introdução da máquina a vapor e, posteriormente, com a mecanização da produção, promovendo aumento significativo da produtividade, impulsionando a divisão do trabalho e redefinindo todos os padrões do sistema manufatureiro tradicional. Nesse contexto, surge na Inglaterra o primeiro núcleo industrial de nível técnico cientificamente elevado para a época, que certamente moldou as relações

sociais e econômicas, consolidando a hegemonia das potências industriais e aprofundando as desigualdades entre centro e periferias no sistema mundial, tendo o progresso tecnológico como um movimento exógeno aos países subdesenvolvidos.

Ainda conforme Coggiola (2010), a Revolução Industrial se apresenta como consequência e não como causa desse processo histórico. Portanto, essas transformações não devem ser estendidas somente como um conjunto de inovações técnicas e métodos de produção, mas como uma alteração estrutural da sociedade determinada pela implementação do progresso técnico que conclui na consolidação do capitalismo como modelo de produção dominante.

De acordo com Gennari (2009), à medida que o sistema capitalista industrial se consolidava como um vetor do desenvolvimento, as formas sociais, políticas e econômicas também passavam por transformações, e gradualmente o modelo político liberal ia se firmando. Nesse contexto, coube a nova teoria econômica o papel de legitimar a ordem econômica delineada pela Revolução Industrial, fornecendo os fundamentos intelectuais para a defesa do livre mercado da propriedade privada e da mínima intervenção do Estado. Tal concepção se ajustava perfeitamente ao novo contexto industrial e comercial, servindo não apenas de sustentação teórica mas como instrumento ideológico de sustentação das novas relações de produção e do avanço do capitalismo.

Com o advento da Revolução Industrial e da subsequente ascensão da Escola Clássica, que inverte a lógica da expansão de mercados fornecedores, a preocupação passa a ser não mais apenas suprir a indústria com insumos, mas encontrar mercados consumidores para absorver a crescente produção industrial. O comércio internacional torna-se um instrumento de expansão da demanda, e o foco das potências industriais muda para abrir mercados externos, consolidar zonas de influência e exportar bens com alto valor agregado.

Diante do exposto, é possível perceber como a consolidação do capitalismo industrial, sustentada pelo pensamento liberal clássico e pelas transformações tecnológicas da Revolução Industrial, redefiniu profundamente as dinâmicas produtivas e comerciais em escala global. Essa nova ordem econômica, marcada pela intensificação das trocas internacionais e pela consolidação das potências industriais no centro do sistema, estabeleceu as bases para a institucionalização do comércio mundial nas décadas seguintes. Contudo, essa ordem liberal entrou em crise a partir do final do século XIX e, especialmente, nas primeiras décadas do século XX. O crescimento de novas potências industriais, como a Alemanha e os Estados Unidos, intensificou a concorrência internacional. As tensões geopolíticas, culminando nas duas guerras mundiais, e a crise econômica de 1929, revelaram as fragilidades do sistema

liberal. Nesse contexto, os países passaram a adotar políticas protecionistas para proteger suas economias nacionais elevando tarifas alfandegárias, controlando fluxos de capitais e restringindo importações para preservar empregos e indústrias locais (POLANYI, 2000).

2.2 Da Crise do Liberalismo à reorganização multilateral do comércio

Os impactos negativos das políticas protecionistas adotadas entre as duas guerras mundiais tornaram-se cada vez mais evidentes, especialmente no que se refere à redução do bem-estar econômico global, pois alegam que a implementação de alíquotas aumentará o preço de produtos importados, diminuindo conseqüentemente o consumo da população. Esse período foi marcado por uma acentuada ausência de cooperação internacional, particularmente nas relações comerciais, o que resultou em uma escalada de conflitos entre as nações. Práticas como desvalorizações competitivas, imposição de barreiras tarifárias e não tarifárias, além de outras formas de restrição ao comércio, passaram a ser amplamente utilizadas, configurando um ambiente de rivalidade econômica que aprofundou a instabilidade e dificultou a recuperação global (RÊGO, 1996).

Todavia, há argumentações contrárias que defendem a adoção de tarifas aduaneiras, sob a justificativa de que, em determinadas circunstâncias, os benefícios obtidos com a proteção comercial podem superar os seus custos. Em um cenário em que a economia apresenta a existência de defeitos no capital, falhas nos mercados de mão de obra que impedem dos recurso serem transferidos rapidamente como deveriam para setores que possuem um maior rendimento, a possibilidade de transbordamento de tecnológicos de indústria que são novas ou inovadoras e diversos outros fatores que podem ser considerados falhas de mercado interno, evidenciando que algumas economias não estão alocando e maneira correta seus recursos e seus mercados (KRUGMAN; OBSTFELD e MELITZ, 2015).

Como afirma Krugman, Obstenfeld e Melitz (2015, p. 190):

O argumento de falha de mercado interno contra o livre comércio é um caso particular de um conceito mais geral, conhecido na economia como teoria do segundo melhor. Essa teoria afirma que uma política de não intervenção é desejável em qualquer mercado somente se todos os outros mercados estiverem funcionando corretamente. Se eles não estiverem, uma intervenção do governo que aparenta distorcer os incentivos em um mercado pode, na verdade, aumentar o bem-estar ao compensar as conseqüências das falhas de mercado em outro lugar.

Furtado (2014), complementa que os defensores do liberalismo argumentam que o mercado de livre concorrência é essencial para o desenvolvimento da indústria interna. Nesse sentido, práticas protecionistas tenderiam a gerar efeitos de estagnação, uma vez que a intervenção estatal, ao restringir a entrada de produtos estrangeiros, obrigaria a população a consumir exclusivamente bens produzidos no país. Essa limitação da concorrência externa poderia levar à acomodação das indústrias nacionais, que, protegidas da competição, teriam menos incentivos para inovar, aumentar a eficiência ou melhorar a qualidade de seus produtos.

Com o tempo, ficou claro que o isolamento econômico traria consequências negativas para o crescimento e para as relações entre os países. A experiência dos Estados Unidos após a Primeira Guerra Mundial é um bom exemplo: ao adotar tarifas mais altas e restringir importações, o país viu sua participação no comércio internacional encolher, o que acabou agravando os efeitos da crise de 1929 (KRUGMAN; OBSTENFELD e MELITZ, 2015). Isso reforçou a percepção de que a cooperação econômica e a abertura gradual dos mercados poderiam gerar resultados mais positivos, estimulando a produção, o intercâmbio de tecnologias e a recuperação global. Esse contexto ajudou a criar um ambiente favorável à busca por acordos que organizassem as trocas internacionais de forma mais estável e previsível.

Diante do exposto, a liberalização do comércio no pós-guerra foi resultado de uma série de negociações internacionais que buscaram estabelecer regras mais claras e cooperativas. A partir desses acordos, as tarifas começaram a ser reduzidas de forma gradual e mútua, promovendo um ambiente mais favorável ao intercâmbio de bens entre os países. Ao adotarem medidas coordenadas, os governos conseguiram evitar práticas unilaterais que, no passado, haviam levado a disputas comerciais e à adoção de políticas de retaliação, conhecidas como guerras comerciais.

Desse modo, as negociações multilaterais tiveram início logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. Inicialmente, os diplomatas das potências aliadas vencedoras propuseram a criação da Organização Internacional do Comércio (OIC), que teria uma função semelhante à do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial — instituições já estabelecidas no contexto de reconstrução econômica. No entanto, diante da forte oposição política, especialmente por parte dos Estados Unidos, a proposta da OIC foi abandonada. Assim, em 1947, um grupo de 23 países decidiu não esperar pela criação de uma nova organização formal e deu início às negociações comerciais com base em um conjunto provisório de normas, que ficou conhecido como Acordo Geral sobre Tarifas e

Comércio (GATT), que foi assinado em 30 de outubro do mesmo ano, inicialmente contendo apenas direções para redução de tarifas alfandegárias no comércio internacional (KRUGMAN; OBSTENFELD e MELITZ, 2015).

Segundo Hoekman e Kostecki (1995), apud Rêgo (1996), o principal objetivo do GATT não era promover o livre comércio em sentido absoluto, mas sim reduzir gradualmente as barreiras comerciais e garantir um acesso mais equilibrado aos mercados entre os países signatários. Seus idealizadores acreditavam que a cooperação comercial fortaleceria a interdependência econômica entre as nações, criando um ambiente de estabilidade que diminuiria os riscos de novos conflitos armados.

Na prática, o GATT funcionava com um secretariado permanente sediado em Genebra, que, embora informal, atuava como referência central para as negociações e aplicação das regras comerciais. Foi apenas em 1995, com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), que se instituiu formalmente a organização multilateral que havia sido idealizada décadas antes. Apesar da nova institucionalidade, as regras estabelecidas pelo GATT permaneceram em vigor, e a lógica fundamental do sistema baseada na redução de barreiras tarifárias, na não discriminação e na promoção da previsibilidade nas relações comerciais continuou a orientar o funcionamento da OMC. Uma maneira de compreender a transição GATT-OMC é vê-la como uma evolução institucional, em que a estrutura foi fortalecida, mas os princípios centrais permaneceram praticamente inalterados (KRUGMAN; OBSTENFELD e MELITZ, 2015).

2.3 A Organização Mundial do Comércio (OMC): consolidação e desafios do multilateralismo

A constituição da Organização Mundial do Comércio (OMC) foi viabilizada por um contexto internacional marcado pela crença na impossibilidade do desenvolvimento econômico de forma isolada, na valorização do multilateralismo e na abertura comercial como mecanismo de geração de novas oportunidades de mercado. Desse modo, quando da sua fundação seus membros fundadores compartilham o entendimento de que as relações comerciais e as atividades econômicas devem contribuir para a elevação dos padrões de vida, por meio do pleno emprego, do crescimento sustentado da renda e da ampliação da demanda efetiva (PRAZERES, 2003).

Portanto, com base nos princípios da reciprocidade e das vantagens mútuas, os países comprometem-se a reduzir tarifas e demais barreiras comerciais, além de eliminar práticas

discriminatórias no comércio internacional. O objetivo é construir um sistema mais equitativo, em que todas as economias possam competir em condições mais justas. Nesse contexto, evidencia-se a relação entre a expansão do comércio internacional e a melhoria dos padrões de vida, elemento central das negociações multilaterais promovidas pela OMC.

De acordo com o que foi instituído a OMC possui dois objetivos centrais, que refletem tanto a necessidade de regulação do comércio internacional quanto o compromisso com o desenvolvimento sustentável. Em primeiro lugar, busca promover um comércio internacional mais estável, previsível e baseado em regras, conciliando a liberalização comercial com a proteção ambiental o que expressa um esforço por integrar a sustentabilidade às dinâmicas do sistema multilateral de comércio. Em segundo lugar, a OMC visa oferecer um arcabouço institucional comum para a gestão das relações comerciais entre seus membros, com especial atenção aos países em desenvolvimento. Nesse sentido, um dos pilares do sistema multilateral é o princípio do tratamento especial e diferenciado, que reconhece as assimetrias estruturais entre economias centrais e periféricas e busca criar condições mais equitativas para a integração desses países ao comércio global (CARMO; MARIANO, 2016).

Segundo Thorstensen (1998), os objetivos centrais do sistema estiveram fortemente orientados para a liberalização do comércio internacional, por meio do estabelecimento e da aplicação de regras voltadas à redução e eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias nas fronteiras. Uma vez que o cenário atual é marcado por uma crescente interdependência entre as economias, o que torna as políticas nacionais cada vez mais condicionadas aos acontecimentos do ambiente internacional. Além disso, observa-se que a ascensão das economias centrais como atores relevantes no comércio global, desempenhando papel de destaque na organização das cadeias de valor. Nesse contexto, a globalização passou a ditar, de forma mais incisiva, os padrões de investimento, de transferência de tecnologia e de inovação, desafiando o modelo tradicional de governança comercial centrado apenas na liberalização tarifária.

2.4. Dinâmicas do Reordenamento Global e a Construção de Blocos Regionais

A intensificação das relações comerciais e a crescente interdependência entre as economias globais contribuíram para a emergência de blocos econômicos regionais como uma estratégia complementar à liberalização promovida pela OMC. Esses blocos passaram a desempenhar um papel relevante na reorganização do comércio internacional, ao facilitar a integração entre países com interesses geoeconômicos comuns e ao promover mercados

ampliados com regras próprias. Nesse contexto, consolidaram-se como importantes instrumentos para fortalecer a competitividade das economias envolvidas e ampliar sua inserção nas cadeias globais de valor, especialmente diante dos desafios enfrentados pelo sistema multilateral.

No cenário de crescente globalização, marcado por uma acirrada disputa entre os países capitalistas por novos mercados consumidores, tornou-se evidente que a atuação isolada das nações já não era suficiente para garantir competitividade internacional. Diante disso, diversos Estados optaram por formar alianças regionais com o intuito de ampliar sua presença no comércio global. Esses arranjos, conhecidos como blocos econômicos, surgiram como mecanismos de cooperação voltados à facilitação das trocas comerciais, à redução de barreiras tarifárias e ao fortalecimento das economias integrantes. Mais do que simples acordos comerciais, esses blocos passaram a representar estratégias de inserção conjunta e coordenada no sistema internacional, promovendo uma integração econômica progressiva entre seus membros (MACHADO; MATSUSHITA, 2019).

Nesse sentido, entre os blocos que mais se destacam nesse processo de integração estão a União Europeia (UE) fundada em 1957, conhecida inicialmente como Mercado Comum Europeu que alcançou um elevado grau de unificação econômica e política, o Mercosul, criado oficialmente em 1991 que representa uma importante iniciativa sul-americana voltada à integração regional, e os BRICS, termo criado pelo economista Jim O' Neill em 2001, que não se designa como um bloco econômico propriamente dito, mas que representa em sua totalidade basicamente as mesmas finalidades, sendo um grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, cuja atuação tem o papel de promover uma articulação econômica entre grandes economias emergentes. Além desses, existem diversas outras iniciativas menos conhecidas, mas que apresentam os mesmos objetivos frente à dinâmica do comércio global. A própria Organização Mundial do Comércio (OMC) reconhece mais de uma centena de acordos comerciais preferenciais em vigor, registrados sob as normas do artigo 24 do GATT, o que demonstra a relevância desses blocos no processo de formação da estrutura das relações econômicas internacionais (ALMEIDA, 2005).

Com o avanço dos blocos econômicos a partir da década de 1990, tornou-se cada vez mais evidente o impacto profundo dessas alianças nas dinâmicas do comércio internacional. A intensificação dos acordos regionais não apenas ampliou o fluxo de bens, serviços e capitais entre os países-membros, como também reconfigurou as cadeias produtivas globais, favorecendo ganhos de escala e maior especialização das economias envolvidas. A eliminação ou redução de tarifas internas aumentou a competitividade das indústrias locais, resultando em

produtos com menor custo e maior atratividade nos mercados consumidores. Além disso, a harmonização de normas e a coordenação de políticas comerciais contribuíram para elevar a eficiência produtiva e facilitar o ambiente de negócios. Por outro lado, os países não integrados a esses blocos passaram a enfrentar desafios crescentes, como o risco de marginalização econômica e perda de acesso preferencial a mercados estratégicos, reforçando a urgência de participação ativa nas estruturas multilaterais e regionais de comércio (MACHADO; MATSUSHITA, 2019).

Diante do exposto, é possível perceber que os blocos econômicos representaram, ao longo das últimas décadas, uma tentativa relevante de reordenar o comércio internacional com base na cooperação regional e na busca por vantagens mútuas. No entanto, ainda que tenham promovido avanços importantes na integração entre determinados países, esses arranjos muitas vezes desconsideraram a profunda heterogeneidade estrutural entre as economias participantes não apenas em relação aos produtos que produzem e comercializam, mas, sobretudo, quanto à forma como suas economias são organizadas. Essa tentativa de estabelecer uma lógica de integração padronizada, como se todos os membros compartilhassem das mesmas condições e capacidades, acabou por reforçar assimetrias já existentes, criando uma aparência de hegemonia que, na prática, nunca se consolidou plenamente. Assim, abre-se espaço para uma reflexão crítica sobre os limites desse modelo de integração, especialmente em um contexto contemporâneo marcado pelo retorno de barreiras comerciais e pela revalorização das políticas econômicas nacionais.

3 METODOLOGIA DE ANÁLISE INSUMO-PRODUTO

Com o objetivo de analisar a capacidade de produção e a inserção desigual dos países em desenvolvimento, este trabalho adotará a metodologia baseada na análise insumo-produto, instrumento analítico concebido por Wassily Leontief no final da década de 1930 e amplamente utilizado para compreender as inter-relações entre os setores produtivos de uma economia. Por meio dessa abordagem, busca-se identificar as principais cadeias produtivas, os fluxos de bens e serviços entre setores e a forma como essas estruturas produtivas refletem as dinâmicas de dependência e subordinação no contexto centro-periferia. Assim, espera-se evidenciar como os padrões de especialização produtiva limitam o desenvolvimento autônomo e condicionam a inserção internacional dessas economias, fornecendo subsídios empíricos para o debate sobre industrialização, integração regional, dependência econômica e fortalecimento dos blocos econômicos.

No referencial adotado, é possível investigar empiricamente o papel econômico de um setor produtivo não apenas em termos de seus efeitos diretos como geração de produção, emprego, valor agregado, receita tributária e exportações, mas também considerando os efeitos indiretos, ou seja, aqueles que um setor é capaz de desencadear em outros segmentos por meio das interações estabelecidas pelas transações de insumos e produtos entre as diversas estruturas da economia (MARCONI; MARGACHO e ROCHA,2014).

Para calcular esses índices foram utilizadas as matrizes de insumo-produto de 1994, 2010 e 2014 disponíveis no Input-Output World Database (WIOD)²(Timmer et. al., 2015). As matrizes de 1995 apresentam os valores das transações entre 35 setores em 40 países, e as tabelas de 2010 e 2014 entre 56 setores em 44 países. Nesta pesquisa, os setores de interesse correspondem à agregação em 12 setores da Tabela de Recursos e usos (TRU) do Brasil com base no IBGE, deste modo, para realizar a compatibilização, as matrizes extraídas do WIOD foram agregadas nestes 12 setores³ de acordo o seu nível de proximidade a esta estrutura setorial, selecionada pelo fato de permitir a análise comparativa das estruturas de produção das economias em estudo.

² Os dados para o ano de 1994 foram extraídos do World Input-Output Database (WIOD) versão 2013 (disponível em: <https://www.rug.nl/ggdc/valuechain/wiod/wiod-2013-release>) e, para os anos de 2010 e 2014, do World Input-Output Database (WIOD), versão de novembro de 2016 (disponível em: <https://www.rug.nl/ggdc/valuechain/wiod/wiod-2016-release>).

³ Agricultura; Indústria extrativa; Indústria de transformação; Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana; Construção civil, Comércio, Transporte, armazenagem e correio; Serviços de informação; Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; Atividades imobiliárias e aluguéis; Outros serviços; Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

3.1 Cálculo dos multiplicadores de produção

Centrada na análise pioneira desenvolvida por Leontief (1951), a abordagem teórica adotada neste estudo fundamenta-se na análise insumo-produto, segundo a qual a produção total da economia (X) é composta pela soma da produção destinada ao consumo intermediário entre os diversos setores (Z) e pela demanda final (f), conforme ilustrado de forma esquemática na Tabela 2, corresponde às relações fundamentais de vendas entre os agentes do sistema produtivo podem ocorrer entre os mais diversos setores da economia ou destinar-se diretamente ao consumo final, sendo este segmentado entre famílias, consumo governamental, investimentos ou exportações.

Tabela 2 - Transação de insumo-produto

MATRIZ INSUMO-PRODUTO		Setores Compradores		Demanda Final (f)				Produto total
				Consumo das famílias	Investimento	Governo	Exportações	
		Z		c	i	g	e	x
		S1	S2					
Setores Vendedores	Z	S1	z_{11} z_{12}	c_1	i_1	g_1	e_1	x_1
		S2	z_{21} z_{22}	c_2	i_2	g_2	e_2	x_2
Valor Adicionado	l		l_1 l_2	l_c	l_i	l_g	l_e	L
Impostos			n_1 n_2	n_c	n_i	n_g	n_e	N
Importações			m_1 m_2	m_c	m_i	m_g	m_e	M
Produto total	x		x_1 x_2	C	I	G	E	X

Fonte: Adaptado de Miller e Blair (2009, p. 14)

O modelo ilustrado na Tabela 2 representa uma forma esquemática de uma tabela insumo-produto para uma economia com dois setores, como forma de exemplificar as possíveis relações e notações fundamentais.

Na matriz Z os z_{ij} representam a relação do valor monetário do fluxo de bens e serviços transferidos do setor i para o setor j em um determinado período (geralmente um ano), evidenciando quanto o setor j adquire de insumos fornecidos pelo setor i .

O valor da demanda final atendida pelo setor i , representado por f_i , indica quanto da produção total de um determinado setor é destinado diretamente ao consumo final englobando o consumo das famílias (c_i) dos produtos do setor i , o gasto do governo (g_i) junto ao setor i , a demanda por bens de investimento (i_i) produzidos no setor i e, o total exportado (e_i) pelo

setor i sem passar por novas transformações produtivas dentro da economia. Assim, f_i expressa a parcela da produção que não é utilizada como insumo intermediário por outros setores, mas sim consumida em sua forma final.

Os demais elementos que compõem a matriz compõem o total de produção do setor i (x_i), o total de impostos indiretos líquidos (n_i) pagos pelo setor i , (m_i) importação total realizada pelo setor i e o valor adicionado (l_i) gerado pelo setor i .

Com base na Tabela 2, pode-se estabelecer que o modelo consiste em um sistema de equações lineares, cada uma das quais descreve a distribuição do produto de um setor em toda economia. Ao considerar uma economia classificada em n setores, se denotar por x_i a produção total do setor i e por f_i a demanda final total do produto do setor i , pode ser escrita em uma equação simples que exemplifica a forma como o setor i distribui seu produto através das vendas a outros setores e a demanda final (MILLER; BLAIR, 2009).

$$x_i = z_{i1} + \dots + z_{ij} + \dots + z_{in} + f_i \quad (1)$$

Os termos z_{ij} ($\forall i, j = 1, 2, \dots, n$) correspondem às vendas interindustriais do setor i para o setor j , (também conhecidos como consumo intermediário) a todos os setores i (incluindo ele próprio, quando $j = i$), e f_i corresponde às vendas do setor i para os agentes da demanda final. A equação 1 pode ser representada como:

$$\mathbf{x} = \begin{bmatrix} x_1 \\ \vdots \\ x_n \end{bmatrix}, \mathbf{Z} = \begin{bmatrix} z_{11} & \dots & z_{1n} \\ \vdots & \ddots & \vdots \\ z_{n1} & \dots & z_{nn} \end{bmatrix} \text{ e } \mathbf{f} = \begin{bmatrix} f_1 \\ \vdots \\ f_n \end{bmatrix}$$

Deste modo, a distribuição da venda de cada setor pode ser resumida em forma compacta em notação matricial como:

$$x_i = \sum_{j=1}^n z_{ij} + f_i \quad (2)$$

Essa estrutura e análise permite identificar quanto cada setor j utiliza de bens e serviços fornecidos pelo setor i em seu processo produtivo, expressando a proporção de insumos vendidos pelo setor i ao setor j em relação à produção total deste último.

$$a_{ij} = \frac{z_{ij}}{x_j}$$

ou

$$a_{ij}x_j = z_{ij}$$

Estas relações podem ser representadas de forma compacta na forma matricial. Em notação de álgebra matricial, um “chapéu” sobre um vetor denota uma matriz diagonal com os elementos do vetor ao longo da diagonal principal,

$$\hat{\mathbf{x}} = \begin{bmatrix} x_1 & \dots & 0 \\ \vdots & \ddots & \vdots \\ 0 & \dots & x_n \end{bmatrix}$$

Da definição básica de um inverso, segue-se que,

$$\hat{\mathbf{x}}^{-1} = \begin{bmatrix} 1/x_1 & \dots & 0 \\ \vdots & \ddots & \vdots \\ 0 & \dots & 1/x_n \end{bmatrix}$$

Assim, a matriz $n \times n$ dos coeficientes técnicos pode ser representada como,

$$\mathbf{A} = \mathbf{Z}\hat{\mathbf{x}}^{-1} \quad (3)$$

Na matriz A , os a_{ij} são vistos como medidas das relações fixas entre a produção de um setor e a suas entradas (insumos), e que z_{ij} expressa as vendas setoriais do setor i ao setor j e x_j a produção total do setor j , pode-se demonstrar a seguinte relação:

$$\mathbf{x} = \mathbf{Ax} + \mathbf{f} \quad (4)$$

Ao resolver essa equação, obtém-se a produção total necessária para satisfazer a demanda final, ou seja:

$$\mathbf{x} = (\mathbf{I} - \mathbf{A})^{-1}\mathbf{f} \quad (5)$$

ou

$$\mathbf{x} = \mathbf{Lf}$$

Assim, a matriz \mathbf{A} expressa os requisitos diretos de insumos; a matriz $\mathbf{L} = (\mathbf{I} - \mathbf{A})^{-1}$ é a matriz inversa de Leontief ou matriz de requerimentos totais (coeficientes diretos e indiretos). A expressão $\mathbf{x} = \mathbf{L}\mathbf{f}$ representa a produção total (\mathbf{x}) necessária para satisfazer a demanda final (\mathbf{f}) dada a tecnologia de produção (\mathbf{L}).

Dessa forma, a matriz \mathbf{L} mostra esses requerimentos totais (requisitos diretos e indiretos), definidos como multiplicadores de produção, que medem os efeitos combinados das repercussões diretas e indiretas de uma alteração na demanda final (elemento exógeno ou “agente de impacto” do modelo) e são obtidos por

$$M_j^P = \sum_{i=1}^n l_{ij}$$

3.2 Cálculo dos setores-chaves

Complementando a análise dos multiplicadores de produção, foram calculados os setores-chave para avaliar os dois tipos de efeitos econômicos que a produção de um determinado setor tem sobre outros setores da economia. Trata-se das ligações a montante (ligações para trás) e a jusante (ligações para frente), ou “conectividade” econômica.

Quadro 1- – Síntese dos indicadores necessários ao cálculo dos índices de ligação para trás e para frente

Elementos	Descrição
l_{ij}	Elementos da matriz inversa de Leontief
$b_j = \sum_{i=1}^n l_{ij}$	Soma dos elementos de \mathbf{L} nas colunas
$b_i = \sum_{j=1}^n l_{ij}$	Soma dos elementos de \mathbf{L} nas linhas
$l_{..} = \sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^n l_{ij}$	Soma de todos os elementos de \mathbf{L}
n	Número de setores
$\frac{l_{.j}}{n}$	Valor médio dos elementos da coluna j
$\frac{l_{i.}}{n}$	Valor médio dos elementos da coluna i
$L^* = \frac{l_{..}}{n^2}$	Média dos elementos de \mathbf{L}

Fonte: adaptado de Vale e Perobelli (2020, p.79)

Com base no modelo básico de insumo-produto, utilizando os chamados índices de

ligação de Rasmussen (1956) e Hirschman (1958), Vale e Perobelli (2020) demonstram como determinar quais seriam os setores com o maior poder de encadeamento dentro da economia. Os autores destacam que, utilizando como base de cálculo a matriz inversa de Leontief, são necessárias as seguintes informações:

A partir destes indicadores, calculam-se tanto os índices de ligações para trás, que mede o grau de encadeamento considerando quanto tal setor demandaria dos outros, quanto os índices de ligações para frente, que mede o grau de encadeamento considerando quanto tal setor é demandado pelos outros setores da economia. Os referidos índices foram calculados da seguinte forma,

Índices de Ligação para Trás (U_j),

$$U_j = \frac{l_j/n}{L^*} \quad (6)$$

E, similarmente, os Índices de Ligação para Frente (U_i):

$$U_i = \frac{l_i/n}{L^*} \quad (7)$$

Os valores maiores que 1 para os índices acima ($U_i > 1$ ou $U_j > 1$) relacionam-se a setores com encadeamento acima da média, e, portanto, refletem setores que são considerados “setores-chave” ($U_j > 1$ e $U_i > 1$) e contribuem acima da média para o crescimento da economia, pois possuem fortes efeitos de encadeamento no fluxo de bens e serviços.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

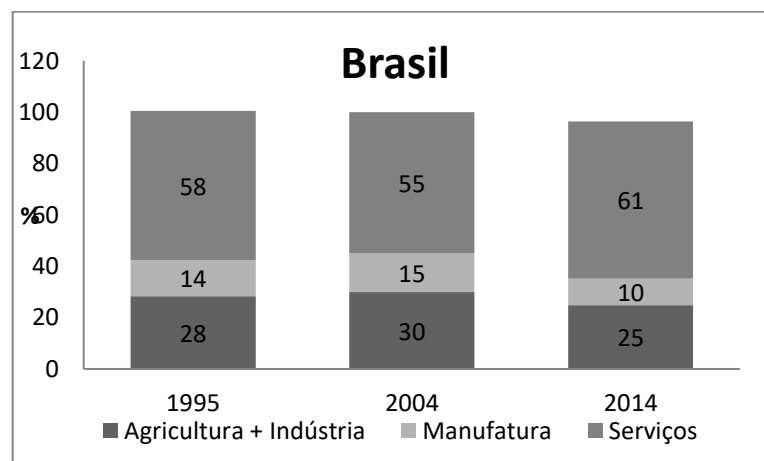
A partir do cálculo da matriz inversa de Leontief para as economias do Brasil, México (representando a América Latina), China e Rússia, países historicamente situados à margem do desenvolvimento capitalista, contrapostos a França, Alemanha e Estados Unidos na condição de economias centrais do sistema capitalista no período analisado, torna-se fundamental compreender o comportamento dos resultados obtidos para a produção desses países, não apenas em termos quantitativos, mas principalmente quanto aos significados econômicos que esses números revelam.

A apresentação dos resultados é feita nesta seção, podendo ser observado os comportamentos dos números durante o período analisado. Os números são compostos pelos multiplicadores da produção, que indicam o impacto total na economia quando há aumento na demanda final de um setor, mostrando quanto a produção total precisa crescer para atender essa nova demanda, considerando os efeitos diretos e indiretos (MILLER; BLAIR, 2009).

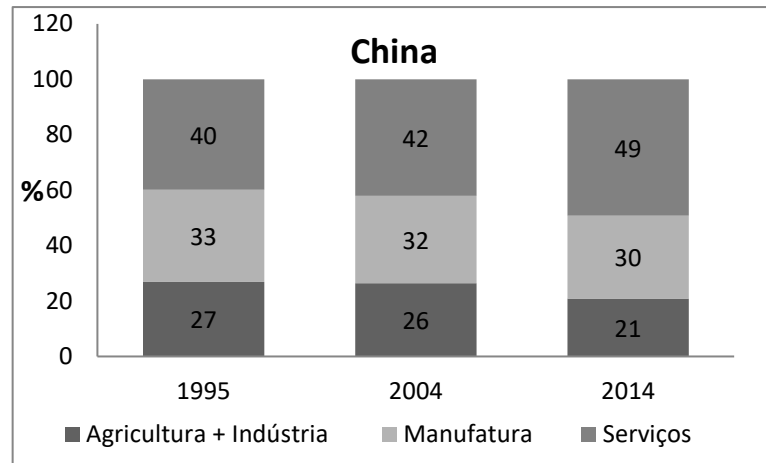
4.1 Caracterização das estruturas produtivas dos países analisados

Partindo da premissa central da teoria cepalina de que a industrialização constitui um elemento essencial para o desenvolvimento econômico, torna-se imprescindível analisar a participação setorial no PIB dos países selecionados. Essa análise permite compreender a estrutura produtiva de cada economia e as suas estratégias de desenvolvimento econômico, e como ela se comportou ao longo dos anos estudados, evidenciando os avanços ou retrocessos na diversificação produtiva e na superação da dependência de setores primário-exportadores.

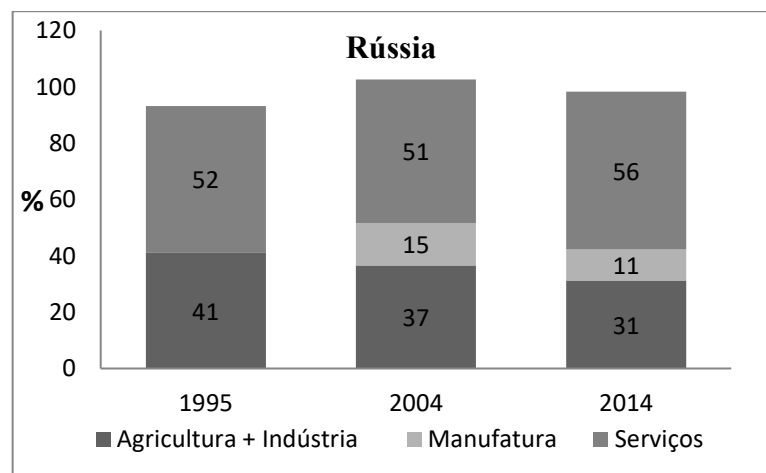
Gráfico 1 – Participação setorial do Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial

Gráfico 2 – Participação setorial da China

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial.

Gráfico 1 - Participação setorial da Rússia⁴

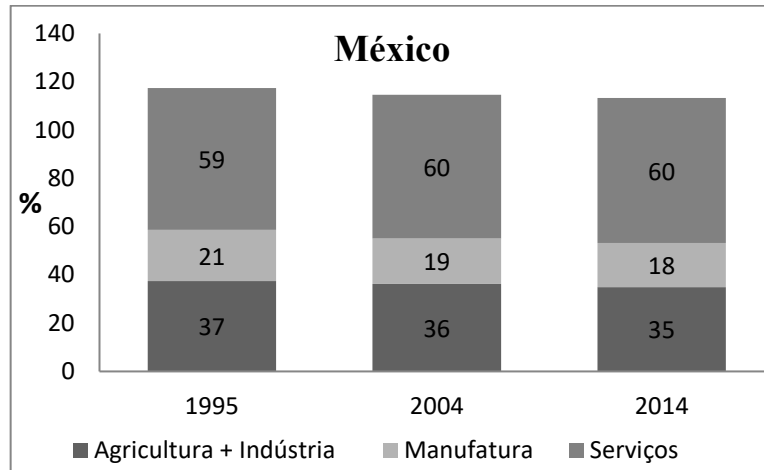
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial

Com base nos dados extraídos do Banco Mundial percebe-se nos gráficos 1, 2,3 e 4 que os países historicamente situados a margem do desenvolvimento capitalista possuem a sua estrutura produtiva concentrada especialmente nos setores da agricultura e da indústria extrativa e principalmente no setor de serviços. Na China, a economia mais dinâmica do grupo, o declínio da participação dos setores que concentram a maior parte das atividades primárias, essa parcela saiu de 27% em 1995 para 21% em 2014, Brasil, Rússia e México apresentaram uma relação relativamente estável nesse mesmo período. Em contra-partida o setor de manufatura no Brasil saiu de uma participação de 15% para 10% no valor total do

⁴ No ano de 1995 o Banco Mundial não especificou os valores da participação do setor de manufatura da Rússia, por esse motivo não consta no gráfico 3.

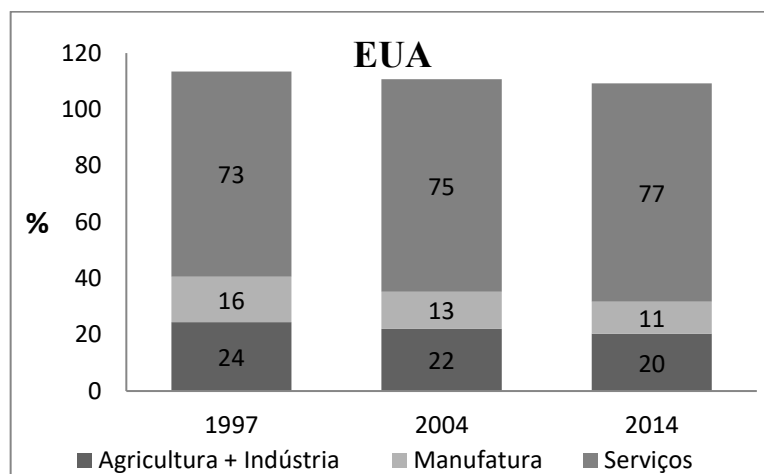
PIB. Vale destacar também o alto crescimento do setor de Serviços da China saindo de 40% em 1995 para 49% em 2014.

Gráfico 4 – Participação setorial do México



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial

Gráfico 6⁵ – Participação setorial dos EUA



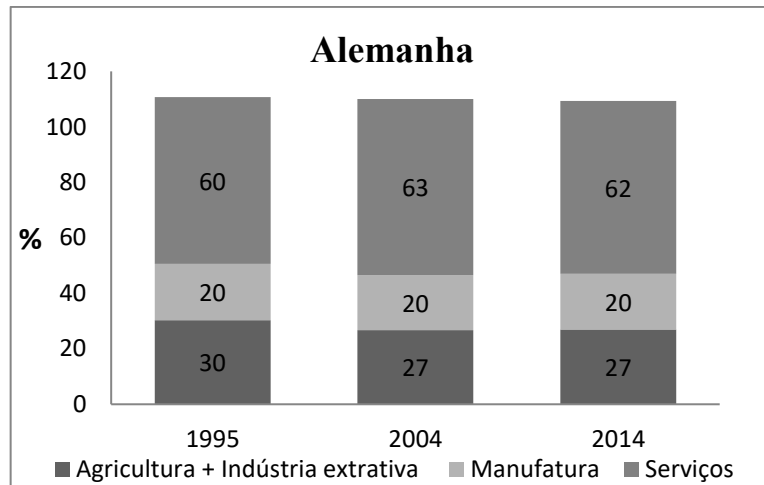
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial

Ainda com base nos dados do Banco Mundial percebe-se que nesse grupo de países considerados centrais, o setor de serviços é responsável por uma participação considerável do PIB, tendo uma participação de mais de 60% em todos esses países que foram analisados. Quando se observa a economia dos Estados Unidos esse número é ainda mais expressivo

⁵ Foi Utilizado a ano de 1997 como referência para os EUA pois não foi encontrado na base de dados do Banco Mundial os valores referentes ao ano de 1995.

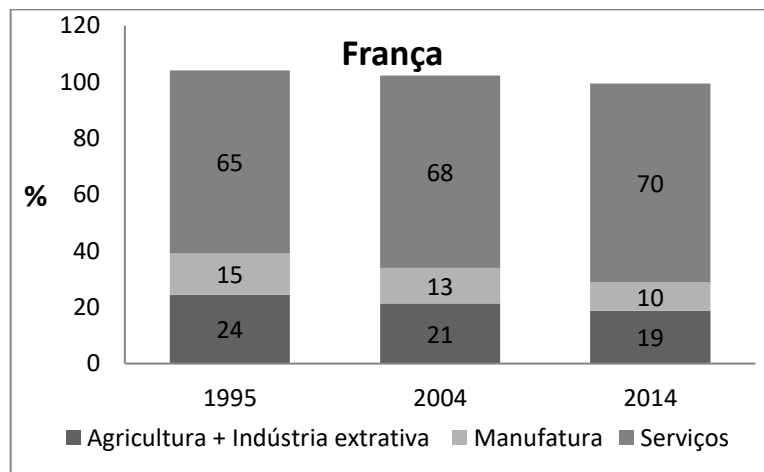
saindo de uma participação de 73% em 1997 para 77% em 2014, todos os outros países do grupo também apresentaram uma tendência de crescimento, no entanto em proporções menores.

Gráfico 6 – Participação setorial da Alemanha



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial

Gráfico 7 – Participação setorial da França



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial

Em contrapartida quando se analisa a participação do setor de manufatura é perceptível uma queda nesse setor, a França por exemplo saiu de uma participação de 15% em 1995 para 10% em 2014, os Estados Unidos seguiu essa mesma tendência de queda, tendo uma participação de 16% em 1997 para uma de 11% em 2014, já a Alemanha manteve-se estável em 20% durante todo período.

Tabela 3- Percentual de participação da agricultura no PIB

Países	1995	2004	2014
Brasil	5%	5,7%	4,3%
México	4,1%	3,2%	3,0%
China	19,%	12,7%	8,5%
Rússia	6,7%	4,9%	3,4%
Alemanha	1%	0,9%	0,9%
França	2,3%	1,7%	1,5%
EUA	1,27%	1,2%	1,1%

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do Banco Mundial.

Outra análise relevante diz respeito à participação isolada da agricultura no PIB. Observa-se que, nos países aqui classificados como à margem do desenvolvimento capitalista, os percentuais do setor agrícola são consideravelmente mais elevados em comparação com as economias centrais, chegando a representar quase o triplo. Como exemplo, em 2004, a agricultura correspondia a 5,7% do PIB brasileiro, enquanto na Alemanha esse valor era de apenas 0,9%. Vale destacar ainda a trajetória de redução do peso da agricultura na China, que passou de 19% do PIB em 1995 para 8,5% em 2014, refletindo a transição gradual para uma estrutura produtiva mais industrializada e orientada para os serviços.

4.2 Interpretação dos multiplicadores de produção e dos Índices de Ligação Hirschman-Rasmussen

A seguir, são apresentadas as tabelas contendo os multiplicadores dos 12 setores econômicos dos países analisados no período previamente definido. Esses valores indicam o potencial de geração de produção de cada setor para cada unidade monetária adicional direcionada ao consumo final. Em outras palavras, os multiplicadores capturam os efeitos diretos e indiretos na economia, permitindo mensurar o impacto total de um choque de demanda sobre a produção final (MILLER; BLAIR, 2009).

Tabela 4 - Multiplicadores 1995

Setores	Brasil	México	China	Rússia	Alemanha	França	EUA
Agricultura	1,62	1,64	1,83	2,07	2,14	2,02	2,41
Indústria extrativa	2,02	1,29	2,15	1,84	2,13	2,34	1,85
Indústria da transformação	2,25	2,14	2,76	2,99	2,23	2,50	2,44
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água e esgoto e limpeza urbana	1,64	2,08	2,28	2,58	1,80	1,91	1,56
Construção civil	1,93	1,97	2,88	2,32	2,05	2,17	2,12
Comércio	1,41	1,42	2,23	1,55	1,70	1,81	1,56
Transporte, armazenagem e correio	1,84	1,61	2,25	1,88	2,10	1,99	1,97
Serviços de informação	1,88	1,56	2,07	1,58	1,39	1,69	1,57
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	1,52	1,38	1,90	1,92	1,69	1,83	1,72
Atividades imobiliárias	1,39	1,29	1,92	1,79	1,48	1,57	1,51
Outros serviços	1,62	1,45	2,47	1,92	1,60	1,75	1,71
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	1,52	1,44	2,30	1,97	1,49	1,46	1,66

Fonte: Elaborada pelo autor.

Os efeitos multiplicadores são diferentes entre os países, demonstrando a importância relativa que cada setor apresenta dentro da sua estrutura produtiva. Ao final do período analisado a China apresentou os multiplicadores mais elevados dentre os países, apresentando também a evolução mais significativa em termos gerais, demonstrando assim uma mudança e evolução na sua estratégia econômica.

Tabela 5 - Multiplicadores 2004

Setores	Brasil	México	China	Rússia	Alemanha	França	EUA
Agricultura	1,81	1,53	1,96	1,83	2,39	2,79	2,09
Indústria extrativa	1,79	1,28	2,24	2,44	3,26	1,64	1,69
Indústria da transformação	2,47	1,94	2,94	3,48	2,47	1,55	2,18
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água e esgoto e limpeza urbana	1,94	1,72	2,96	3,49	2,12	1,50	1,69
Construção civil	2,16	1,74	3,08	2,75	2,47	1,98	1,90
Comércio	1,63	1,32	2,07	1,82	1,86	1,57	1,57
Transporte, armazenagem e correio	2,11	1,54	2,47	2,24	2,15	1,62	1,87
Serviços de informação	1,76	1,49	2,25	1,75	1,93	1,51	1,73
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	1,72	1,50	1,86	1,72	1,89	1,41	1,83
Atividades imobiliárias	1,09	1,00	1,57	1,65	1,48	1,17	1,53
Outros serviços	1,66	1,21	2,50	2,09	1,70	1,54	1,64
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	1,59	1,44	2,32	2,01	1,52	1,30	1,62

Analisando as tabelas 3,4 e 5 é possível constatar que o setor da indústria da transformação da China em 1995 apresentava um multiplicador de 2,76 que se elevou para 3,49 em 2014, a Rússia apresentou também aumentou desse multiplicador nesse mesmo período, saindo de 2,99 para 3,49, a diferença é que conforme analisado no Gráfico1, nesse mesmo período a China também elevou a sua participação no setor de manufatura, enquanto que a Rússia reduziu a sua participação no setor de manufatura que apresenta maior dinamismo. Brasil e México apresentaram o mesmo comportamento produtivo da Rússia, tendo a redução

do seu setor de maior dinamismo (indústria da transformação) além disso o Brasil não apresentou uma elevação significativa nesse multiplicador ao longo do período analisado saindo de 2,25 para 2,39 e o México ainda apresentou uma redução nesse multiplicador saindo de 2,12 para 2,09.

Tabela 6 - Tabela 5 - Multiplicadores 2010

Setores	Brasil	México	China	Rússia	Alemanha	França	EUA
Agricultura	1,74	1,61	2,17	2,36	2,81	2,34	2,20
Indústria extrativa	1,69	1,35	2,55	2,15	5,18	4,89	1,59
Indústria da transformação	2,39	2,05	3,43	3,34	2,47	2,54	2,26
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água e esgoto e limpeza urbana	2,20	1,77	3,26	3,48	2,20	2,27	1,71
Construção civil	2,00	1,75	3,52	2,68	2,47	2,21	1,92
Comércio	1,57	1,33	2,04	1,90	1,96	1,89	1,63
Transporte, armazenagem e correio	1,93	1,65	2,72	2,53	2,28	2,00	1,99
Serviços de informação	1,76	1,63	2,39	2,03	1,96	1,91	1,74
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	1,59	1,43	1,76	1,69	2,07	2,05	1,80
Atividades imobiliárias	1,12	1,00	1,41	1,78	1,47	1,34	1,44
Outros serviços	1,58	1,24	2,76	2,02	1,76	1,83	1,70
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	1,46	1,46	2,54	2,00	1,61	1,43	1,65

Fonte: Elaborada pelo autor.

Ao analisar os países aqui considerados como países centrais em relação ao desenvolvimento capitalista pode-se perceber que esses países apresentam uma quantidade

maior de setores com multiplicadores maiores que 2, isso demonstra que esses países possuem uma economia mais interligada do que a dos demais países, com exceção da China. Isso demonstra que um aumento na demanda final desses setores nesses países terá um impacto maior na economia doméstica do que um aumento na demanda final dos outros países analisados.

A partir das tabelas, torna-se possível analisar também a importância relativa de cada setor nas economias consideradas. Observa-se que a indústria de transformação se destaca como um dos setores mais relevantes para todos os países analisados, apresentando multiplicadores elevados em comparação aos demais. Esse resultado evidencia o significativo potencial desse setor em impulsionar a demanda de outros segmentos produtivos, funcionando como um eixo dinâmico de encadeamentos diretos e indiretos na estrutura econômica.

A partir dos gráficos e das tabelas, é possível perceber uma mudança clara na estratégia econômica da China, que amplia de forma consistente sua participação tanto no setor de manufaturas quanto no setor de serviços. Esse movimento ocorre simultaneamente ao aumento dos multiplicadores de produção em praticamente todos os setores, o que demonstra um fortalecimento dos encadeamentos produtivos e, conseqüentemente, maior dinamismo da economia chinesa. Em contraste, as demais economias analisadas, incluindo até mesmo as consideradas centrais, não apresentam alterações significativas em seus multiplicadores de produção ao longo do período observado, indicando estabilidade ou estagnação na capacidade de geração de efeitos indiretos sobre a estrutura produtiva.

A investigação dos multiplicadores de produção pode ser complementada com o uso dos índices de encadeamento de Hirschman-Rasmussen, que medem como cada setor se conecta ao restante da economia. De acordo com Vale e Pereobelli (2020), esses índices quantificam o grau de dependência e influência entre setores. O índice de ligação para trás revela o quanto um setor, ao produzir, aciona a demanda por insumos produzidos por outros setores, permitindo avaliar sua capacidade de movimentar cadeias produtivas a montante. Já o índice de ligação para frente indica em que medida um setor funciona como fornecedor estratégico de insumos para a produção de outros, destacando sua posição na articulação a jusante. A partir desses indicadores, torna-se possível mapear a estrutura de interdependências internas, diferenciando setores com forte interação interindustrial daqueles mais autônomos ou com menor integração nas cadeias produtivas.

Tabela 7 - Índices de ligação de Hirschman-Rasmussen (2014)

Setores	Índices de ligação para trás (BL)				Índices de ligação para frente (FL)			
	Brasil	México	China	Rússia	Brasil	México	China	Rússia
Agricultura	0,9918	1,055141	0,684217	1,011744	0,861433	0,841053	0,780064	0,619646
Indústria extrativa	0,964325	0,887355	0,665263	0,921162	0,937407	1,116858	0,858253	1,427668
Indústria da transformação	1,365074	1,346339	0,941729	1,43403	2,027717	2,348561	4,171678	2,350423
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água e esgoto e limpeza urbana	1,256418	1,164008	0,86677	1,494385	0,885155	0,794082	0,920487	0,979756
Construção civil	1,138824	1,146288	0,785645	1,150676	0,723022	0,714791	0,475263	0,530696
Comércio	0,896673	0,87124	0,618591	0,815114	1,079667	1,12257	0,824197	1,574573
Transporte, armazenagem e correio	1,104217	1,082013	0,76177	1,088003	1,013293	0,851076	0,838888	1,037769
Serviços de informação	1,001998	1,071944	0,691252	0,870394	0,859459	0,783866	0,529365	0,634015
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	0,906483	0,942094	0,625359	0,727339	0,954095	0,832687	0,736233	0,559561
Atividades imobiliárias	0,639001	0,654725	0,44083	0,763283	0,684044	0,654725	0,519816	0,60857
Outros serviços	0,901632	0,816973	0,622012	0,865272	1,328908	1,282712	0,901132	0,991176
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	0,833555	0,96188	0,575048	0,858598	0,645801	0,657018	0,444623	0,686147

Fonte: Elaborada pelo autor.

Os setores com maior capacidade de gerar encadeamentos produtivos na economia, conhecidos como setores chave, podem variar entre os países. A partir dos dados das Tabelas 4 e 5, observa-se que a indústria de transformação é, de modo geral, o setor que mais contribui

para o fortalecimento das cadeias produtivas, atuando tanto como grande demandante de insumos de outros setores quanto como fornecedor essencial para diversas atividades, tal padrão foi verificado em todos os países analisados.

Tabela 8 - Índices de ligação de Hirschman-Rasmussen (2014)

Setores	Índices de ligação para trás (FL)			Índices de ligação para frente (FL)		
	Alemanha	França	EUA	Alemanha	França	EUA
Agricultura	1,194446	1,050801	1,220113	0,534885	0,725595	0,824153
Indústria extrativa	2,199936	2,197809	0,884016	0,496779	0,497959	0,784701
Indústria da transformação	1,048627	1,140685	1,254113	2,933819	2,142064	2,045673
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água e esgoto e limpeza urbana	0,934985	1,021667	0,947558	0,780002	0,975718	0,672582
Construção civil	1,050785	0,99366	1,065544	0,640058	0,611991	0,628245
Comércio	0,832474	0,850136	0,906016	0,894006	1,011849	0,981312
Transporte, armazenagem e correio	0,967876	0,898434	1,100739	1,138016	1,123654	0,944102
Serviços de informação	0,834315	0,857136	0,96722	0,825486	0,782434	0,90532
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	0,877716	0,922244	0,997397	0,919593	1,112655	1,101974
Atividades imobiliárias	0,62636	0,600184	0,798883	0,746737	0,657863	0,819006
Outros serviços	0,746695	0,823902	0,942737	1,510449	1,780481	1,588407
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	0,685786	0,643344	0,915665	0,580172	0,577736	0,704525

Fonte: Elaborada pelo autor.

No caso chinês, observa-se um comportamento particular, embora o índice de ligação para trás da indústria de transformação não seja expressivo frente aos demais países, o índice de ligação para frente (4,17) praticamente dobra o padrão das outras economias, evidenciando uma estrutura produtiva que privilegia o fornecimento de insumos industriais para múltiplos setores. Essa configuração reforça a estratégia de consolidação de uma base manufatureira robusta, capaz de sustentar cadeias de valor diversificadas e ampliar a competitividade externa.

Já no Brasil e na Rússia, o setor de transportes surge como peça-chave, apresentando encadeamentos fortes para trás e para frente, sinalizando sua relevância para a integração logística e produtiva interna. No Brasil, ainda se destacam setores como comércio, produção e distribuição de água e energia, além de serviços de informação, que exibem altos índices de ligação para trás. Esses resultados apontam que, mesmo em uma economia com herança primário-exportadora, setores de serviços e infraestrutura também desempenham papel relevante para ativar outros segmentos, reforçando a importância de políticas de diversificação produtiva e modernização da base econômica.

Nas economias centrais, como França, Alemanha e Estados Unidos, observa-se que setores básicos, como agricultura, indústria extrativa e construção civil, ainda exercem papel relevante como geradores de demanda por insumos, indicando forte encadeamento para trás. Esses setores sustentam cadeias produtivas amplas, estimulando atividades complementares e garantindo o dinamismo de segmentos tradicionais.

Ao mesmo tempo, setores como transportes, serviços e intermediação financeira se destacam pelas elevadas ligações para frente, reforçando seu papel estratégico como fornecedores de insumos e serviços essenciais para o funcionamento de toda a economia. Essa combinação de setores tradicionais com serviços avançados contribui para a solidez produtiva e para a integração eficiente das cadeias de valor nessas economias.

Esses resultados reforçam a relevância de políticas que incentivem setores com forte poder de encadeamento, especialmente em economias periféricas que buscam diversificar sua base produtiva e reduzir a dependência de atividades primário-exportadoras. Assim, abre-se espaço para uma trajetória de desenvolvimento mais autônoma, criando as condições para que essas economias possam se inserir de forma mais competitiva e equilibrada no comércio internacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados ao longo deste trabalho confirmam que a Divisão Internacional do Trabalho permanece estruturada de forma desigual, perpetuando diferenças significativas entre economias centrais e periféricas. A partir da abordagem teórica da CEPAL, pôde-se demonstrar como a dependência de setores primários ainda caracteriza países à margem do desenvolvimento capitalista, enquanto as nações centrais mantêm uma base produtiva mais diversificada, articulada e fortemente apoiada em setores industriais e de serviços avançados.

A análise dos multiplicadores de produção e dos índices de ligação de Hirschman-Rasmussen revelou a importância estratégica dos setores capazes de gerar fortes encadeamentos produtivos. De modo geral, a indústria de transformação destaca-se como setor chave em todos os países analisados, por um outro lado, ao analisar a participação isolada dos setores no PIB percebe-se o reforço desta assimetria estrutural: países periféricos ainda apresentam percentuais elevados de dependência de atividades primárias, enquanto as economias centrais exibem uma presença reduzida desse setor, fruto de um processo histórico de diversificação e sofisticação tecnológica

E nesses moldes se configura a Nova Divisão Internacional do Trabalho, na qual as funções produtivas se reorganizam, mas ainda preservam a lógica de concentração tecnológica e produtiva nos países centrais. Ao passo que setores de alta tecnologia, pesquisa e inovação permanecem restritos às economias desenvolvidas, países periféricos seguem concentrados em atividades de menor valor agregado, apesar de algumas exceções estratégicas. Um exemplo notável é a China, que, mesmo não sendo classificada historicamente como um país central, tem avançado para romper essa lógica ao ampliar sua base industrial, fortalecer setores de alta tecnologia e registrar ganhos expressivos em seus multiplicadores de produção, contraste que evidencia, inclusive, a estagnação relativa desses indicadores nos países centrais tradicionais. Essa dinâmica desafia as desigualdades históricas, mas também mostra como disputas e estratégias nacionais podem redesenhar posições na cadeia global de valor.

Assim, o aprofundamento das análises aqui realizadas contribui para compreender os limites estruturais que ainda marcam as economias latino-americanas e de outros países em desenvolvimento, indicando caminhos possíveis para fortalecer as bases produtivas, diversificar as exportações e, sobretudo, reduzir as desigualdades impostas pela ordem econômica internacional. Portanto, retomar o debate sobre industrialização e encadeamentos

produtivos não é apenas um exercício acadêmico, mas uma questão essencial para o redesenho de estratégias de desenvolvimento mais soberanas e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti de. Divisão internacional do trabalho. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 13, fevereiro, 1987. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/ln/a/hzBzzJ4Y7KSwjKRQMLtyvLx/>. Acesso em: 11 mar. 2025.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Brasil e o processo de formação de blocos econômicos: conceito e história com aplicação aos casos do Mercosul e da Alca. In: GOMES, Eduardo Biacchi; REIS, Tarcísio Hardman (Org.). **Globalização e o Comércio Internacional no Direito da Integração**. São Paulo: Aduaneiras, 2005.
- APPLEYARD, Dennis R.; FIELD JR, Alfred J.; COBB, Steven L. et al. **Economia Internacional**. Porto Alegre: AMGH, 2010.
- BANCO MUNDIAL**. Indicadores de desenvolvimento mundial. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- BRUE, Stanley L. **História do pensamento econômico**. 6. ed. São Paulo: Thomson, 2005.
- CARMO, E. C.; MARIANO, J. **Economia internacional**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- COGGIOLA, Osvaldo. **Da Revolução Industrial ao Movimento Operário: as origens do mundo contemporâneo**. Porto Alegre: Pradense, 2010.
- FURTADO, Celso. **Prefácio à Nova Economia Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FURTADO, Filipe Rabelo Távora. **Comércio exterior e desenvolvimento econômico: o protecionismo em debate**. 2014. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/33261?mode=full>. Acesso em: 12 jun. 2025.
- GENNARI, A. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- GONÇALVES, Reinaldo. **Economia Política Internacional: Fundamentos Teóricos e as Relações Internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2016.
- HIRSCHMAN, A. O. **The Strategy of Economic Development**. New Haven: Yale University Press, 1958.
- HUFBAUER, Gary Clyde. **The Impact of National Characteristics and Technology on the Commodity Composition of Trade in Manufactured Goods**. Cambridge, MA: MIT Press, 1970.
- IBGE**. **Tabelas de Recursos e Usos: Brasil 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?t=publicacoes>. Acesso em: 10 jun. 2025.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice; MELITZ, Marc J. **Economia Internacional**. 10. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

LEITE, Márcia de Paula. **O Futuro do Trabalho: Novas Tecnologias e Subjetividade Operária**. São Paulo: Editora Scrita, 1994.

MACHADO, Marlon Wander; MATSUSHITA, Thiago Lopes. Globalização e blocos econômicos. **Revista de Direito Internacional e Globalização Econômica**, São Paulo, v. 1, n. 1-Ext, p. 104-132, abr. 2019.

MAGACHO, Guilherme R.; MARCONI, Nelson; ROCHA, Igor Lopes. Estratégia de desenvolvimento nos BRICS: uma análise Insumo-Produto. 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/282252367>. Acesso em: 05 jul. 2025.

MILER, Ronald E.; BLAIR, Peter D. **Input-Output Analysis: Foundations and Extensions**. Cambridge University Pres, 2009.

OLIVEIRA, Édivo de Almeida. **Elasticidade preço e renda das importações baianas dos anos 1990 a 2010 e a teoria cepalina: Uma análise comparativa**. 2014. 90f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas)- Universidade Estadual da Bahia

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Compus Ltda., 2000.

PRAZERES, Tatiana Lacerda. Barreiras Técnicas e Protecionismo na OMC. IN: BARRAL, Welber (Org.). **O Brasil e o Protecionismo**. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latinae alguns de seus principais problemas (1949). In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.) **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, v. 1, 2000.

PREBISCH, Raul. Por uma dinâmica do desenvolvimento latino-americano (1963). In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.) **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, v. 1, 2000.

RASMUSSEN, P. N. **Studies in Intersectoral Relations**. Amsterdam: North-Holland, 1956.

RÊGO, Elba Cristina Lima. Do Gatt a OMC: o que mudou, como funciona e para onde caminha o sistema multilateral de comércio. Rio de Janeiro: **BNDES**, dezembro, 1996. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/11014>. Acesso em: 10 mai. 2025.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SILVA, César Roberto Leite da; CARVALHO, Maria Auxiliadora de. **Economia Internacional**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Editora LTDA, 2017.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: Ensaio sobre economia brasileira**. 5 edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

THORSTENSEN, Vera. A OMC – Organização Mundial do Comércio e as negociações sobre comércio, meio ambiente e padrões sociais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 41, n. 2, p. 29–58, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/S5QjKJtrjNnWsMc8h6gnQ5m/> Acesso em: 23 mai.2025.

Timmer, M. P., Dietzenbacher, E., Los, B., Stehrer, R. and de Vries, G. J. (2015), "An Illustrated User Guide to the World Input–Output Database: the Case of Global Automotive Production" , **Review of International Economics** ., 23: 575–605

VALE, Vinícius A.; PEROBELLI, Fernando S. **Análise de Insumo-Produto: teoria e aplicações no R**. Curitiba:[Edição Independente], 2020.